

A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844

*José C. Curto e Raymond R. Gervais**

Tradicionalmente, demógrafos e historiadores têm lamentado que a quantidade de recursos necessários para reconstruir o passado da população africana não esteja disponível para o período anterior à virada do século XIX. Embora isto seja verdade para a maioria das regiões do interior do continente, está longe de ser correto frente aos centros urbanos costeiros sob domínio imperial europeu. Na verdade, há maior quantidade de informação sobre a população destas cidades portuárias africanas no período anterior a 1800 do que se tem conhecimento.¹ Um caso é o de Luanda, a capital colonial de Angola, para qual um número grande de censos, relativos ao século XVIII e à primeira metade do século XIX, tem sido localizados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa.²

Desde os primórdios de 1770 até meados de 1840, estes documentos constituem, do ponto de vista quantitativo, uma rica fonte de informação, fornecendo novas possibilidades de análise sobre a população de Luanda durante um período crucial de sua história. Primeiramente, eles nos permitem observar como a administração central de Lisboa controlava não somente a produção de dados demográficos da colônia, como também os residentes em distantes postos avançados no Atlântico Sul do Reino Português. Em segundo lugar, negligenciando quase que totalmente da história da população africana anterior ao século XIX, estes censos oferecem uma oportunidade inigualável para reconstruir a evolução geral dos habitantes deste centro urbano costeiro do Centro-oeste africano. Em terceiro lugar, porque a capital colonial de Angola era então uma das principais cidades portuárias exportadoras de escravos ao longo da costa ocidental da África.

* Tradução de Betina Lorena Tolosa.

Dada a importância destes documentos, os mesmos permitirão mais tarde determinar os efeitos que o comércio negreiro do Atlântico teve para uma população específica durante um período particular de tempo. Para tal, este trabalho se impõe uma seqüência de tarefas. Começaremos com uma análise dos fundamentos utilizados para o censo de Luanda. A segunda seção examina a produção destas fontes quantitativas, destaca as informações contidas nas mesmas, indica as áreas-problema destes dados, e oferece soluções para sua utilização. Depois, forneceremos uma avaliação das grandes mudanças demográficas que ocorreram. Finalmente, nossa discussão termina com uma explicação para as transformações sofridas por esta população entre 1781 e 1844.

O contexto administrativo dos censos de Luanda

Com relação a Luanda, a produção de dados populacionais tem uma longa história. Fundada em 1576 como a cidade portuária a partir da qual os portugueses deveriam moldar a colonização de Angola, a administração colonial em formação lá estabelecida rapidamente começou a gerar estatísticas sobre seus habitantes. A partir da última década do século XVI, eclesiásticos começaram a registrar os batismos, casamentos e enterros por eles celebrados nesta nova cidade portuária situada no centro-oeste africano, de forma a que os eventos civis pudessem ser devidamente cadastrados.³ Ao mesmo tempo, o corpo de empregados do administrativo começou a contar os soldados do governo situados em Luanda, onde a maioria de tropas coloniais estava sediada,⁴ para que a força militar ou fraqueza da colônia emergente pudessem ser averiguadas. Última mas não menos importante, a população crescente deste centro urbano costeiro também se tornou o objeto de estimativas agregadas,⁵ possivelmente com a finalidade de determinar suas responsabilidades fiscais. Estas estatísticas populacionais, no entanto, eram muito limitadas em seu âmbito. Deste modo, enquanto os eventos civis por definição pertencem exclusivamente à população cristã, a maioria das contagens de Exército e estimativas de população agregada esteve primeiramente mais preocupada com os europeus.⁶ Não foi antes do último terço do século XVIII que estatísticas mais abrangentes sobre os residentes de Luanda começaram a ser produzidas.

Grandemente influenciado pela preocupação do Iluminismo com dados estatísticos, o marquês de Pombal desenvolveu, durante os últimos anos de seu período como governante de fato de Portugal (1750-1777), um interesse agudo por informações quantitativas precisas sobre as pessoas que residiam nos territórios portugueses ultramarinos. Tal como seus contemporâneos imperiais britânicos, franceses e espanhóis, atrás da nova preocupação de Pombal residiam razões tanto militares quanto fiscais. No caso específico de Angola, não apenas era a colônia o objeto de crescente invasão pela França e a Inglaterra, como também as rendas que a mesma gerava para a Coroa portuguesa, em contínuo declínio devido à queda na exportação de escravos. Para se preparar para os perigos associados à crescente presença de poderes imperiais estrangeiros e para determinar a quantia de impostos que poderiam ser cobrados dos habitantes sob domínio efetivo ou nominal de Portugal, Pombal decidiu implementar um censo em Angola.⁷

Em 1772, Pombal fez com que o ministro Martinho de Melo e Castro — responsável pelas colônias portuguesas ultramarinas — redigisse uma série de instruções para o governador Antônio de Lencastre, recentemente nomeado para Angola, bastante diferentes daquelas dadas a pessoas nomeadas previamente. As novas diretivas especificamente ordenavam a produção de censos nos centros urbanos costeiros do centro-oeste africano sob domínio português.⁸ O governador Lencastre chegou à capital colonial Angola no final de 1772. Em um ano ele havia enumerado todos os habitantes de Luanda.⁹ Esta foi a primeira real contagem populacional administrada na colônia.

Após 1773, nenhuma outra contagem populacional foi realizada. Pombal foi destituído do cargo em 1777 e, a partir de então, o interesse metropolitano por informações quantitativas sobre os habitantes da capital colonial de Angola se dissipou.¹⁰ Uma segunda contagem foi realizada apenas em 1781.¹¹ Ademais, dezesseis anos iriam decorrer antes que outro censo fosse empreendido em Luanda.

Em 1796, Rodrigo de Sousa Coutinho — filho de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador de Angola (1764-1772) durante parte da era de Pombal — sucedeu Martinho de Melo e Castro como o

ministro de colônias ultramarinas de Portugal. Sousa Coutinho herdou dois sérios problemas de seu predecessor: primeiro, França e Inglaterra haviam avançado em sua invasão ao longo da costa angolana durante as duas últimas décadas do século XVIII; segundo, a necessidade de aumentar a renda da Coroa gerada pela colônia permanecia sem solução. A fim de se preparar para a ameaça ocasionada pela invasão dos poderes imperiais estrangeiros e para descobrir o quanto de impostos que poderia ser extraído da população sob domínio efetivo ou nominal português, ele não só decidiu reavivar o censo em Angola, como também torná-lo uma operação anual.¹²

Em 14 de setembro de 1796, Sousa Coutinho expediu uma circular para o Governador da Angola ordenando que daquele momento em diante os censos relativos à população de todo presídio, distrito e cidade portuária da colônia deveriam ser produzidos anualmente.¹³ Esta nova diretiva fez com que em 1797 fosse realizada uma terceira contagem em Luanda, mais provavelmente para aferir a população no final de 1796.¹⁴ Uma quarta contagem foi feita em seguida ao fim de 1797.¹⁵ O censo foi então institucionalizado, com contagens a partir de então executadas, em uma base quase que anual, nesta cidade portuária do centro-oeste africano.

Na verdade, de 1798 até o final de 1832, foram constatados pelo menos vinte e cinco censos produzidos sobre os habitantes de Luanda.¹⁶ No entanto, apesar da institucionalização do censo, vários fatores, periodicamente, prejudicaram não só a produção de informações quantitativas demográficas, mas também outros tipos de informações.¹⁷ Durante 1800-1801, por exemplo, a incerteza causada pela guerra na Europa e a intenção do governo colonial angolano de superar a resistência às reformas fiscais parece ter interrompido a produção da maioria dos dados administrativos. De forma semelhante, as alterações causadas pela mudança da corte portuguesa para o Brasil, com a maioria da nobreza, burocracia e comerciantes que os seguiram, parece ter impedido as tentativas de compilar informações numéricas nos anos de 1808 e 1809. Os motins criados na metrópole para forçar a corte portuguesa a retornar para Lisboa e a subsequente declaração de Independência do Brasil, por sua vez, parecem ter também paralisado a administração colonial ao longo do início da década de vinte do século XIX.¹⁸ Para além disso, a ansiedade criada entre os funcionários públicos

locais devido à iminente proibição do comércio escravo no atlântico-sul e à incerteza da existência de Luanda sem o seu único capital econômico (a exportação de escravos) explica, provavelmente, a produção esporádica de dados demográficos durante os finais da década de 1820.¹⁹

Se os censos realizados em Luanda foram apenas periodicamente interrompidos entre o final do século XVIII e o início da década de 1830, este processo foi totalmente paralisado entre 1833 e 1844. Este último período foi particularmente complicado, caracterizado por um caos administrativo, resultando da sucessão de governos constitucionais em Lisboa e suas diferentes políticas coloniais, uma elevada, e pouca usual, mudança de governadores em Angola, e um ceticismo persistente em relação à própria existência da colônia, que se implantou a seguir à independência do Brasil e à proibição do comércio escravo no atlântico-sul.²⁰ Apesar destes problemas, o governo central em Lisboa persistentemente continuou a exigir a produção de dados demográficos aos governadores da Angola. Deste modo, em 1835, após a interrupção de 1833-1834, o governo central pediu ao triunvirato, que então governava a colônia, que empreendesse e expedisse os censos.²¹ Esta diretiva, porém, não obteve os resultados desejados. As instruções dadas a Lourenço Germack Possollo, que assumiu o comando do governo de Angola no final de 1843, especificavam novamente a necessidade de retomada da realização dos censos.²² Todavia, em meados de 1844, Lisboa estava ainda recomendando fortemente a Possollo que ele concordasse com as diretivas de 1835, indicando desta forma que suas instruções acerca deste assunto ainda não haviam sido executadas.²³ Muito provavelmente como resultado desta quantidade de diretivas, realizou-se, finalmente, uma última contagem antes de 1850, nos inícios de 1845.²⁴

Depois de 1796, após os intermitentes censos realizados durante as duas décadas anteriores, o governo central em Lisboa passou a ter expectativas quanto à contagem populacional anual em Luanda. Naturalmente, o governo devia estar ciente de que eventos, tanto na capital colonial de Angola quanto em qualquer outro lugar no Atlântico, poderiam ocasionar a interrupção periódica do processo, como ocorrido durante a primeira e terceira décadas do século XIX. No entanto, as diretivas de 1835 e 1843-1844 evidenciam que tais interrupções eram inaceitáveis se durassem mais do que

alguns anos. Nas mentes dos administradores do governo central, os habitantes de Luanda haviam-se tornado bens quantificáveis de forma a serem mais bem controlados para propósitos militares e fiscais.

A produção dos censos de Luanda: problemas e soluções

Entre 1773 e 1844, são realizados pelo menos trinta censos produzidos sobre a população de Luanda. Quem era responsável por esta produção? Com respeito às primeiras contagens, atualmente, pouca informação está disponível para responder a tal pergunta. Tudo que se sabe é que nas instruções de 1772, dadas ao governador de Lencastre, foi exigido especificamente que ele utilizasse magistrados e padres de paróquias locais — as pessoas mais bem qualificadas na visão do governo central de Lisboa para gerar dados demográficos de forma confiável.²⁵ No caso das contagens pós-1796, por outro lado, a documentação existente permite uma resposta mais adequada. De acordo com Jean Baptiste Douville, que viajou pela colônia de Angola durante 1828-1830, o censo realizado em Benguela foi de responsabilidade direta do juiz local, o Ouvidor.²⁶ Já que as contagens em Benguela resultaram da mesma diretiva de 1796 que ordenava a retoma e institucionalização dos censos em Luanda, há razões para acreditar que este processo estava, também ali, entregue aos seus ouvidores.

Os Juízes de Coroa da capital colonial angolana parecem ter dividido em quatro muito distintas, porém potencialmente simbióticas, operações de contagem final de ano:

- (i) Os funcionários públicos de níveis baixo e médio eram encarregados de estabelecer uma lista nominal dos ocupantes de todo fogo ou residência em cada um dos bairros ou vizinhanças que compunham a cidade;²⁷
- (ii) Os funcionários responsáveis pelos setores administrativo, militar e eclesiástico eram responsáveis pelo fornecimento do número de indivíduos em cada destas ramificações do governo colonial;²⁸
- (iii) Aos demais funcionários públicos estava atribuída a tarefa de reunir estatísticas de emigração e imigração a partir de duas fontes da administração colonial: o registro de passaportes — contendo os passes con-

cedidos a indivíduos em Luanda para ir além-mar ou para o interior, e o registro de entradas — listando o número das pessoas que chegavam de além-mar (Brasil e o Portugal, principalmente) e do interior de capital colonial Angolana.²⁹

(iv) Em quarto lugar, os padres das paróquias tinham de fornecer resumos do número de nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos, a partir dos registros de eventos civis que mantinham.³⁰

Uma vez que estes diferentes conjuntos de dados demográficos chegavam às mãos dos Ouvidores, eles eram então repassados para um oficial militar de alto escalão que tornava-se responsável pelo acompanhamento da compilação e transformação destes dados em um censo ao início de cada ano novo.³¹

No entanto, a informação quantitativa produzida pelos indivíduos responsáveis pelos censos em Luanda estava longe de ser uniforme. O tipo de dados produzidos para os censos, nos finais do século XVIII, era predefinido pelo governo central de Lisboa. A maioria das diretivas governamentais, que informavam os ouvidores das classificações demográficas que deviam ser utilizadas, não foi localizada. Contudo, pressupondo que a informação contida em cada censo foi na realidade produzida para ir de encontro às regras específicas da metrópole, podem-se identificar cinco etapas sucessivas na produção de dados demográficos como se poder ver na Tabela II. O relatório de 1773 forneceu informações numéricas sobre: brancos, mulatos livres e escravizados, e negros livres e homens escravos capazes de portar armas (i.e., aqueles entre quinze e cinquenta anos de idade); brancos, mulatos livres e mulheres negras livres; e as tropas do governo por cor.³² Dois grupos de indivíduos, porém, estavam totalmente excluídos da contagem: mulatos escravizados e mulheres negras, que teriam representado uma significativa porção da população total; e homens civis abaixo de quinze e acima de cinquenta anos de idade.³³ A contagem de 1781 foi ao mesmo tempo mais completa e mais abrangente: não só foram retificadas as exclusões dos censos parciais de 1773, como também foram feitas inovações importantes. Este segundo censo incluiu números da população total por gênero, grupos etários alargados (0-7, 7-15, 15-60, e >60 para os homens; e 0-7, 7-15, 15-40, e >40 para as mulheres), cor e condição social, bem como dados sobre óbitos e nascimentos por cor e gênero.³⁴

O censo de 1797, por outro lado, apresenta pouca semelhança com o anterior. Nenhum dos dados sobre amplas faixas etárias, nem sobre nascimentos e óbitos — as duas mais importantes inovações do censo de 1781 — foi obtido. Todavia, a população civil e o pessoal administrativo foram contados separadamente pela primeira vez:³⁵ o pessoal administrativo, indivíduos que faziam parte do governo colonial foram divididos em burocratas, tropas e eclesiásticos;³⁶ a população civil e habitantes livres e escravizados que não faziam parte do governo colonial, foram listados de acordo com gênero, cor e condição social.³⁷ As contagens finais de 1797 e de 1798 provaram, uma vez mais, serem razoavelmente diferentes. Ambas listavam o número de civis por gênero, cor, e condição social, e dividiram o pessoal administrativo em burocratas, tropas do governo e eclesiásticos. Mas, o mais importante, não apenas foram incluídos no total geral os nascimentos e óbitos, mas também informações quantitativas sobre duas totalmente novas categorias: migrantes e residências.³⁸ A partir daquela data, os dados demográficos contidos em cada censo foram finalmente uniformizados. Todos os censos pós-1798 foram divididos em duas tabelas diferentes: um para civis e outro para o pessoal administrativo. Os números dos civis diziam respeito a pessoas solteiras, casadas e viúvas, nascimentos, casamentos e óbitos, emigrantes e imigrantes, ordenados por cor, gênero e condição social, enquanto os dados sobre pessoal administrativo diziam respeito a burocratas, tropas governamentais e eclesiásticos, com referência, normalmente, ao seu estatuto marital. Por último mas não menos importante, todos estes censos continham caixas separadas com informação quantitativa sobre os domicílios e a distribuição ocupacional de parte da população civil.³⁹ As mutantes categorias demográficas do final do século XVIII indicam claramente que, enquanto o processo de realização dos censos germinava, o governo central de Lisboa buscava contagens sempre mais completas e abrangentes, não apenas para os civis, mas também para o pessoal administrativo colonial.⁴⁰

No fim do século XVIII, a administração metropolitana implantou com sucesso uma organização bem estruturada para executar a contagem populacional em Luanda e padronizou as informações demográficas. Apesar disto, o processo de realização dos censos apresentava muitos proble-

mas. Padres de paróquia, em particular, nem sempre podiam prover as informações exigidas para os censos anuais. Por exemplo, no que diz respeito aos eventos civis de 1797, eles apenas forneceram dados relativos aos últimos cinco meses desse ano.⁴¹ Durante 1798-1801, por outro lado, as mortes de crianças, escravos ou pessoas cujos parentes fossem tão pobres que não pudessem pagar as despesas do funeral, cobradas pelos padres das paróquias, não foram registradas.⁴² Estas irregularidades levaram, por fim, o governador Melo a queixar-se aos seus superiores sobre o grande número de nascimentos, casamentos e óbitos não registrados e a solicitar que as medidas, aplicadas noutras colônias portuguesas do Ultramar para corrigir esta situação fossem também implementadas em Luanda.⁴³ Estas medidas foram decretadas em maio de 1802 através de duas cartas pastorais remetidas pelo Bispo de Angola, Luis de Brito Homem, para cada padre na colônia.⁴⁴ Estas continham instruções precisas sobre o registro de eventos civis e parecem ter obtido os efeitos desejados. Como se vê na Tabela III, as estatísticas vitais apresentadas nos censos de 1802 até 1812 parecem ser as mais completas da série inteira. Mas as aparências nem sempre refletem a realidade. Entre 1806 e 1807, por exemplo, a população de Luanda sofreu uma redução de 1967 pessoas. Destes, de acordo com o compilador dos dados do censo, Antônio de Faria, pelo menos 1967 indivíduos haviam sido vítimas da epidemia de varíola que assolou Luanda em 1807.⁴⁵ No entanto, para todo esse ano, os padres das paróquias apenas registraram 128 mortes.

Quaisquer que sejam o méritos das estatísticas vitais de 1802 a 1812, não tardou para que os padres das paróquias deixassem, novamente, de colaborar no processo dos censos. Tanto em 1813 como em 1814, eles negligenciaram totalmente a atualização do número de nascimentos ocorridos. Com exatidão, eclesiásticos reportaram 7 nascimentos em 1817, 53 em 1823, e 93 em 1832. No entanto, estes números eram relativos a uma população geral de 4.490, 6.256 e 5.058 indivíduos, respectivamente. E no caso dos óbitos o registro não era melhor. Em 1814, os padres registraram apenas 31 óbitos numa população com 4.947 indivíduos. Três anos depois, registraram apenas 81 óbitos ocorridos num total de 4.490 residentes. Em 1830, os padres das paróquias registraram somente um óbito numa população com um total de 5.345 almas!⁴⁶ É óbvio que se as estatísticas mais

precisas de 1802-1812 não são de confiança, as dos anos subsequentes o são menos ainda.

Para além disso, a falta de colaboração destes padres não era o único obstáculo que afetava o registro dos eventos civis. À semelhança de outras instituições que cuidavam dos doentes, na altura, o único hospital de Luanda era um lugar onde uma grande percentagem dos pacientes acabava por morrer.⁴⁷ Isto aplicava-se especialmente às tropas do governo que constituíam o grosso da sua clientela, apesar do hospital ser, teoricamente, também responsável pela prestação de cuidados médicos a outro pessoal administrativo e civil.⁴⁸ Mas as mortes ocorridas dentro desta instituição não eram registradas pelos padres das paróquias. Ao invés disso, o hospital era obrigado a catalogá-las em um registro separado e a enviar este dado para Lisboa ao final de cada ano.⁴⁹ Estes números, todavia, nunca eram acrescentados àqueles fornecidos pelos padres aos ouvidores para os censos. Como resultado, os dados dos censos sobre mortalidade estavam muito abaixo dos números reais.

Os enumeradores também não conseguiam incluir a totalidade da população urbana nas suas contagens. Os comentários apensos aos censos, realizados durante os últimos anos da década de 1790 e início da década de 1800, afirmavam, especificamente, que enquanto poucos moradores (chefes de família brancos) forneciam dados verdadeiros sobre as suas famílias, outros como os mulatos não sabiam a composição exata das mesmas.⁵⁰ Não está esclarecido o porquê dos chefes de família sonegarem informação aos enumeradores. A verdade é que no Brasil, na altura a colônia ultramarina portuguesa mais importante, os habitantes também resistiam passivamente ao processo de enumeração. No seu ponto de vista, estas contagens levariam a futuras cobranças fiscais e a um aumento no recrutamento dos seus filhos na impopular milícia.⁵¹ Uma vez que a prática dos censos foi implementada no Brasil pelo governo central português por motivos fiscais e militares semelhantes, é mais do que provável que os chefes de família em Luanda resistissem pelas mesmas razões. Assim, estas tentativas de enganar afetaram, provavelmente, a contagem dos homens mais do que a das mulheres. O que é certo é que a informação sonogada pela população enumerada produziu efeitos negativos sobre os censos.

Três outros problemas adicionais prejudicaram o processo de realização do censo. Como visto anteriormente, os indivíduos responsáveis pela coleta de dados de registros de passaporte classificou migrantes em apenas duas categorias, imigrantes e emigrantes, sem especificar se sua origem ou se destino era ultramarino ou o interior. Como resultado, movimentos internacionais e da população interna não foram diferenciados, tornando impossível medir cada tipo de migração. Mais importante ainda, em termos quantitativos, os números obtidos através de registros de passaporte omitiram completamente os milhares de escravos que — entra ano, sai ano — passaram através de Luanda vindos do interior para a exportação através do Atlântico.⁵² Em segundo lugar, apesar da máquina administrativa em Luanda ser suficientemente grande, os funcionários públicos careciam de formação na maioria dos empregos, incluindo o da realização dos censos. Não deverá, por isso, constituir uma surpresa que muitas das operações aritméticas de cada censo sejam defeituosas. Na realidade, existem poucos censos nos quais os subtotais fornecidos estejam de acordo com os totais absolutos.⁵³ E por último, mas não menos importante, embora as categorias por cor encontradas nos censos fossem projetadas pelo governo central de Lisboa para fornecer informações quantitativas específicas sobre cada um dos três grupos raciais que formavam a população, estes dados não relatam exclusivamente raça ou grupo étnico. Neste aspecto, até meados do século XIX, o fator biológico esteve sempre associado ao econômico no que dizia respeito à determinação do estatuto da cor. Como assinalado corretamente por Joseph Miller, “as mulheres designadas “brancas” no censo de 1773 eram ... provavelmente as influentes filhas de famílias luso-africanas evidentes em suas raízes, cuja riqueza clareou sua aparência social e legal não menos que no Brasil, onde, como é bem conhecido, “dinheiro embranquece”.⁵⁴ Lopes de Lima, em prosa similar, francamente reconheceu em 1845 que “...negros, assim que lhes for permitido o uso de sapatos, serão considerados como brancos, especialmente se forem agentes do comércio...”.⁵⁵ Ao longo do período considerado, Luanda foi uma sociedade fluida onde o dinheiro, não a biologia, determinava a cor do grupo onde cada um se encaixava.⁵⁶ Como resultado, em vez de assegurar dados sobre grupos raciais distintos, o que o governo central de Lisboa realmente obteve foram informações quantitativas sobre classes socioeconômicas.

As dificuldades à volta da produção de dados demográficos levaram os oficiais militares, responsáveis pela supervisão da sua compilação em relatórios, a avisar constantemente o governo central português sobre a qualidade destes números. No seu ponto de vista, os números eram mais aproximados do que reais. António Jozé de Faria, por exemplo, informou com toda a franqueza os seus superiores que:

“...este censo de 1807, extraído de informações arbitrariamente fornecidas por cada indivíduo para as listas nominais, é mais o resultado de um cálculo prudente e aproximado do que de um infalível e exato problema...”⁵⁷

Isto significa que os censos de 1781-1844 de Luanda não podem ser utilizados para reconstruir a sua história de população? Seria um anacronismo esperar que a administração colonial dos séculos XVIII e XIX assegurasse a coesão dos dados demográficos que eles estavam criando e disseminando. A harmonização dos registos das estatísticas vitais e de migração com os dados de censo em residências, em particular, é um produto de século XX e não devia ser esperado de uma parte periférica de um império. Como o governador Fernando de Noronha com perspicácia assinalou em 1805, estas fontes não eram menos valiosas do que os censos produzidos ao mesmo tempo em Portugal, os quais eram também baseados em contas aproximadas.⁵⁸

Na realidade, as subcontagens detectadas nos censos de Luanda não invalidam, necessariamente, uma análise da dinâmica da sua população. Os resumos dos dados da Tabela III clarificam alguns dos problemas relacionados com o registo de acontecimentos demográficos. De fato, a relação entre os censos dos domicílios, realizados pelos funcionários públicos coloniais, e o registo das estatísticas vitais, feitos pelos padres nas suas paróquias, é muito contraditória.⁵⁹ Como já vimos anteriormente, existe uma clara falta de registos de nascimentos e, especialmente, de óbitos, com a exclusão de grandes segmentos da população.⁶⁰ Este problema não parece ter afetado as estatísticas do censo residencial, mais provavelmente devido ao processo exaustivo. Como acontece, em termos de análise demográfica, falhas nas taxas de cobertura de censos domésticos são menos significativas do que nos registos civis e de migração. Além disso, estes materiais censi-

tários rendem mais informações por causa do grande número de categorias classificatórias utilizado. Finalmente, no caso de uma série de censos cronologicamente tão abrangente quanto esta, o todo pode compensar os erros das partes se recorrermos à análise de tendências. Deste modo, nossa investigação dependerá mais dos censos domiciliares — tendo em mente que as tendências são mais importantes que números individuais — e menos dos resumos de registros civis e migração, sem esquecer que por vezes estes poderão ser úteis para assinalar o impacto de epidemias, secas, e/ou crises de abastecimento.

Grandes mudanças demográficas: uma avaliação

Os dados da série de censos entre 1781-1844 mostram que estavam a ocorrer três grandes mudanças demográficas na sociedade de Luanda. A primeira é um declínio significativo no total da população e na maioria dos grupos socioeconômicos que a constituíam, uma tendência particularmente acentuada até aos finais da década de 1810, mostrando depois uma pequena recuperação. A segunda, que esta importante descida era selectiva e afetava sobretudo os civis, sendo que as modificações mais intensas envolviam sobretudo os habitantes pretos e, em particular, as mulheres. E por último, que a população civil escrava, esmagadoramente preta, e em especial, as mulheres escravas, estava no centro destas transformações demográficas.

Ao longo do período considerado, como pode ser visto no Gráfico I, a tendência geral da evolução da população de Luanda era de declínio absoluto.⁶¹ Apesar das oscilações periodicamente significativas — como os dados da Tabela IV e do Gráfico I indicam —, os números totais de residentes caiu de 9.755 para 5.605 entre 1781 e 1844. Traduzindo isto para uma taxa média anual de crescimento (neste caso de decréscimo) de $-0,88\%$, esta foi uma redução demográfica importante. A descida mais importante ocorreu durante 1799-1817, com diminuições muito acentuadas em 1799 ($-19,96\%$), 1807 ($-24,98\%$), e 1812 ($-10,92\%$). O número de habitantes desceu de 8.013 para 6.414, entre 1798 e 1799, e de 8.243 para 6.184, durante 1806-1807, e de 6.051, em 1811, para 5.390 no ano seguinte. A partir daí, um declínio constante veio substituir estas flutuações, tendo a

população da capital colonial de Angola atingido o seu nível mais baixo em 1817, quando apenas 4.490 indivíduos foram contados pelos organizadores dos censos. Neste período de trinta e seis anos assistiu-se à perda impressionante de 5.265 habitantes (54% do total do primeiro censo da nossa série), com uma taxa de crescimento anual de $-2,13\%$. A seguir a 1817, deu-se uma ligeira recuperação devido a um aumento da população em 1819 (26,05%), 1823 (2,44%), 1825 (7,35%), e 1831 (6,79%). Contudo, este crescimento demográfico foi até um certo ponto negado por uma outra descida durante os finais da década de 1820 ($-5,49\%$, em 1826, e $-6,66\%$, em 1829) e no início da década de 1830 ($-3,54\%$, em 1830, e $-11,39\%$, em 1832). Em consequência, entre 1817 e 1844, a população de Luanda aumentou de apenas 4.490 para 5.605 indivíduos, ou a uma taxa de crescimento anual de $0,82\%$. Sejam quais forem as opiniões que se possa ter da qualidade geral dos dados, o declínio geral foi real, mostrando uma sociedade que tinha permanentes dificuldades em manter taxas de crescimento compatíveis com o desenvolvimento social.

Um exame rápido dos critérios de classificação mais importantes permite-nos isolar os grupos que estiveram mais sujeitos aos efeitos da flutuação por todo este período (Tabela IV). Se excluirmos os primeiros números disponíveis, os de 1796, que são muito baixos, indicando provavelmente uma contagem defeituosa, a população administrativa sofreu, comparativamente, menores transformações. De fato, apesar de a tendência geral ser, também aqui, negativa, este grupo teve sempre, com algumas exceções (1798, 1805, 1823, 1829 e 1832), uma estabilidade relativa. Todavia, são visíveis também duas tendências de médio prazo. A primeira, abrangendo o período de 1797 a 1819, é de subida, com o número do pessoal administrativo a aumentar de 1.033 para 1.385, isto é, a uma taxa anual de $1,34\%$. A segunda tendência, que vai de 1819 a 1844, é claramente de descida, com um declínio no pessoal administrativo a uma taxa de $-2,12\%$ por ano, de 1385 a 811. Cada uma destas tendências demográficas é radicalmente diferente, tanto do total como da população civil, como se verá a seguir. A causa deste acontecimento no período de 1797-1819 permanece incerta. Mas na era pós-1822 a instabilidade que reinava tanto em Lisboa como em Luanda, resultante da independência do Brasil, deverá, certamente, ter

afetado o recrutamento de burocratas, soldados e eclesiásticos (Tabela V). Seja como for, o fato é que, entre 1797 e 1844, esta parte da população diminuiu apenas 0,51% por ano.

Diferentemente, a população civil sofreu transformações quantitativas mais significativas do que a população administrativa. A tendência de longo prazo aqui, à semelhança do total da população, foi de um declínio acentuado. Mas esta tendência também aparece aqui dividida em duas distintas tendências a médio prazo. A primeira vai de 1797 a 1818, com o número de civis a descer consideravelmente de 6.890 para um mínimo histórico de 3.192. Isto foi um declínio enorme, de cerca de 54%, representando uma taxa anual de -3,44%, que contrasta grandemente com a situação vivida entre a população administrativa durante o mesmo período de tempo. A segunda tendência de médio prazo, de 1818 a 1844, mostra um aumento da população civil, de 3.192 para 4.794, ou a uma taxa de 1,58% por ano. Mais uma vez esta tendência vai na direção oposta daquela encontrada entre o pessoal administrativo. Contudo, esta pequena recuperação não foi suficiente para compensar as perdas dramáticas ocorridas antes dos finais da década de 1810. Na generalidade, a população civil diminuiu de um total de 6.890, em 1796, para 47.94, em 1844. Isto traduz-se numa taxa de -0,75% por ano, uma percentagem muito superior à da população administrativa. Uma vez que os civis, que constituíam o grosso da população de Luanda, sofreram mudanças quantitativas mais importantes que os administrativos, é nas várias categorias do grupo dos civis que temos de nos concentrar, de forma a compreendermos as transformações demográficas gerais que foram ocorrendo.

As perdas não afetaram, evidentemente, todos os setores da população civil de forma uniforme. O mais notável ocorreu dentro da população feminina (Tabela VI e Gráfico II), um grupo então excluído do censo civil. Aqui, também, a tendência global era de declínio absoluto. Mas, como no caso dos outros grupos da população analisados até então, duas diferentes tendências a médio prazo são também prontamente notadas. A primeira é caracterizada por uma queda descendente e abrupta, na qual as mulheres viram seu número cair nitidamente de 4.225 em 1796 para apenas 1.749 vinte anos mais tarde (uma taxa de -4,31% ao ano). Isto era um declínio

extremamente severo, particularmente intenso entre 1806 e 1816, com interrupções ocorrendo apenas através de oscilações ascendentes temporárias durante 1803-1806 e 1811. Depois de 1816, por outro lado, iniciou-se um período de leve recuperação. Esta melhoria demográfica se tornou relativamente significativa após 1819, alcançando seu ponto alto em 1825, sendo então este processo totalmente interrompido. Deste modo, entre 1816 e 1844, as mulheres viram seu número subir de 1.749 para 2.501. Traduzindo isto para um aumento de 1,28% ao ano, esta era uma taxa muito modesta para compensar o declínio extremamente abrupto de 1796-1816. Como resultado, o número total de mulheres sofreu uma redução de 4.225 para 2.501 (uma taxa anual de -1,09% entre 1796 e 1844).⁶² No caso de homens civis, estas transformações demográficas não eram de igual significado quantitativo. Entre 1796 e 1818, este grupo da população civil reduziu-se de 2.665 para 1.391 indivíduos, ou seja, -2,91% ao ano, uma taxa mais baixa que a feminina. Os 1.391 homens civis em 1818 então aumentaram significativamente durante 1819-1825 e em 1844, e, após sofrerem as violentas oscilações durante o fim da década de vinte e o início da década de trinta do século XIX, totalizaram 2.293. Representando um aumento na ordem de 1,94% ao ano, isto era radicalmente diferente das tendências a médio prazo vivenciadas pelas mulheres, o que permitiu que os homens civis recuperassem a maioria das perdas de 1796-1818. Ao longo de 1796-1844, então, as perdas quantitativas (2.665 para 2.293 indivíduos) sofridas por homens civis era de apenas -0,31% ao ano, uma taxa dois terços mais baixa do que a das mulheres.

Como nem a população masculina civil nem a população administrativa tiveram perdas tão significativas como as da população feminina, a relação entre os gêneros foi grandemente alterada. Os dados anuais dos censos disponíveis, anteriores a 1800 (Tabela VI), apesar de escassos, mostravam que, naquela altura, as mulheres constituíam mais de 50% do total da população. Entre 1802 e 1818, por outro lado, elas tendiam a constituir menos de metade da população, e, em alguns anos, significativamente, muito menos de metade (1807, 1810, e 1816). Dois fatores se conjugaram para produzir esta situação: o primeiro foi o declínio real do número absoluto das mulheres até 1816, uma diminuição especialmente acentua-

da depois de 1806; e o segundo foi, simultaneamente, a tendência de subida da população administrativa, particularmente a população militar, em conjugação com uma taxa de diminuição mais baixa entre os homens civis. Como vimos anteriormente, após o final da década de 1810, a população feminina aumentou realmente. Contudo, isto não foi suficiente para compensar ou ultrapassar a diferença entre a diminuição, pós-1818, no pessoal administrativo, e o aumento da população civil masculina. Conseqüentemente, a seguir à década de 1810, a razão de masculinidade da população total apenas retomou uma espécie de equilíbrio (isto é, índice 100), mas não o seu padrão anterior.⁶³ No geral, a subida dos militares,⁶⁴ um abrandamento da taxa de diminuição da população civil masculina, e o decréscimo no número de mulheres transformaram, a partir daí, Luanda de uma sociedade dos finais do século XVIII, onde a presença das mulheres era muito significativa, numa sociedade pós-1800, onde o número de homens ultrapassava o número de mulheres. Isto provocou um impacto naquilo a que os demógrafos chamam o mercado matrimonial, a razão de masculinidade para a formação de casais.

De igual modo, no interior da população civil, nem todas as classes socioeconômicas definidas nos censos por cor sofreram o mesmo tipo de transformações demográficas.⁶⁵ Como nos demonstram os dados apresentados na Tabela VII para 1799-1832, a tendência geral dos grupos de civis pretos, mulatos e brancos foi também de declínio. A taxa anual foi de -0,55% para os civis pretos, -1,08% para os brancos, e -1,23% para os mulatos. Porém, este esgotamento demográfico não se deu da mesma forma durante todos estes anos, nem em todos estes grupos. De um total de 443 civis brancos e 797 mulatos em 1799, os números destes grupos subiram consideravelmente, durante o início da década de 1800, mas foram diminuindo a uma taxa anual de -2,05% e -2,97%, respectivamente, para mínimos de 238 e 332, em 1829. Os dois grupos tiveram, então, uma pequena recuperação demográfica, tendo o número de brancos atingido os 309 e os mulatos chegado aos 530, em 1832, o que se traduz em taxas anuais de crescimento elevadas, na ordem dos 9,09% e 18,07%, respectivamente. No caso dos civis pretos, foram contados 3.902 indivíduos, em 1799, mas estes diminuíram a uma taxa de -2,60% por ano, até 1818, altura em que

os organizadores dos censos contaram um mínimo histórico de 2.365. A partir daí, este grupo teve quase uma década de total recuperação, com aumentos particularmente significativos em 1819, 1823, e 1825, antes de iniciar uma curta queda até 1832, quando foram enumerados 3.254 civis pretos. Entre 1818 e 1832, o seu número aumentou a uma taxa de 2,30% por ano. Abrangendo um período de catorze anos, isto permitiu aos civis pretos recuperarem parte das perdas obtidas de 1799 a 1818. Por contraste, as muito mais elevadas taxas de crescimento de 1829-1832, nos grupos branco e mulato não-administrativos, ocorreram dentro de um período demasiado curto para serem quantitativamente significativas. Estas mudanças demográficas divergentes, por seu lado, tiveram um impacto direto na composição da população civil, e, dada a preponderância geral deste grupo, no total da população. Do total da população não-administrativa entre 1799-1818, os civis brancos eram aproximadamente 10%, os mulatos 16%, e os pretos 74%. Mas de 1819 a 1832, a proporção de civis brancos e mulatos caiu para 8% e 11%, respectivamente, enquanto a de civis pretos subiu para 81%. O ano de 1819 representa, desta forma, um ponto de viragem na composição socioeconômica da sociedade de Luanda, com a população a tornar-se cada vez mais pobre e, provavelmente, mais preta que antes.

De todas as mutações demográficas ocorridas em Luanda, a mais dramática aconteceu dentro do grupo de habitantes escravizados, onde a grande maioria era negra e exclusivamente encontrada na população civil.⁶⁶ Como os dados da Tabela VIII demonstram, o número de escravos reduziu-se de um total de 5.583 em 1781, a mais alta em nossa série, para apenas 2.749 em 1844, o que representa uma taxa anual de crescimento na ordem de -1,12%. Mas, uma vez mais, esta tendência geral pode ser dividida em duas subtendências com características distintas. No primeira tendência a médio prazo, a população de 1.781 escravos reduziu-se rapidamente a uma taxa de -3,31% até que alcançou 1.604 indivíduos em 1818. Deste mínimo histórico, a população escrava subiu, substancialmente, durante 1819-1826, antes de começar a diminuir para um total de 2.749 escravos contados pelos censos em 1844, o que se traduz numa taxa anual de crescimento de 2,09%. Para fins de comparação, a população livre durante 1781-1844 decaiu a uma taxa anual de apenas -0,6%, sendo que com uma taxa de

-0,98% ao ano no período de 1781-1818 (4.172 a 2.902 indivíduos) e com uma taxa de -0,06% ao ano no período 1818-1844 (2.902 a 2.856 pessoas). No geral, o declínio evidenciado no grupamento dos escravos (-2.834 indivíduos) foi ligeiramente mais que o dobro do que foi encontrado no grupo de pessoas livres (-1.316 pessoas). Mas, devido à taxa de crescimento pós-1818, o número de escravos disparou em relação ao número de pessoas livres, sendo que os escravizados viram sua representação no segmento civil subir cerca de 57% para 66,5% e na população total ir de aproximadamente 46% para 55,5%. Em resumo, não só as mais significativas flutuações quantitativas aconteceram no meio dos escravos, como também sua recuperação demográfica pós-1818 tornou a escravidão em Luanda uma instituição ainda mais importante.

No interior da população escrava, as mulheres, que se encontravam apenas nos grupos de mulatos e, em especial, pretos civis, sofreram mais transformações demográficas do que os homens. O número total de mulheres escravas caiu para mais de metade, de 3.419, em 1781, para 1.667, em 1844, isto é, a uma taxa anual de -1,13%. Só até 1818, quando o seu número atingiu um mínimo histórico de apenas 768, o decréscimo entre as mulheres escravas tinha sido extremamente acentuado, com uma taxa de -3,96% por ano. Pouco mais de três quartos da população escrava feminina desapareceram durante este período de trinta e sete anos, com quedas particularmente significativas a ocorrerem durante 1781-1802, e, novamente, entre 1806 e 1818. É verdade que o número de mulheres escravas subiu consideravelmente durante 1819-1826, mas a isto seguiu-se um outro período de declínio até atingir, por fim, as 1.667, em 1844. A taxa de crescimento em 1818-1844 foi, contudo, muito positiva com 3,03% por ano. Diferentemente, o número de escravos masculinos diminuiu de 2.164, em 1781, para 1.082, em 1844, o que representa uma taxa de crescimento de -1,09% por ano. Divididas em períodos de médio prazo, as taxas anuais de crescimento dos escravos masculinos traduziram-se em -2,54%, para 1781-1818, e 1,00% para 1818-1844. Em cada um dos casos, estas percentagens eram muito mais baixas do que as das mulheres escravas durante os mesmos períodos de médio prazo. Conseqüentemente, o número de mulheres escravas perdeu inicialmente terreno vis-à-vis o total

da população civil, recuperando depois desta perda. Entre 1799 e 1806, as mulheres escravas constituíam cerca de um terço da população civil. Esta proporção baixou para um quarto durante o período de 1807-1818. Deste ponto baixo, a percentagem de mulheres escravas no interior da população civil flutuou, daí em diante, entre o um terço original e picos de 42%, em 1825, e 44%, em 1829.

Para uma explicação das perdas populacionais de Luanda

Entre 1781 e 1844, a população de Luanda sofreu perdas significativas, sendo os civis pretos e as mulheres, e em especial, as mulheres escravas, os grupos mais afetados. Que fatores justificam este declínio demográfico?

Vários estudiosos do passado angolano afirmam que o Centro-Oeste era uma região propensa a secas periódicas e a suas conseqüências: fome, doença e, em última instância, morte.⁶⁷ Ao longo da maioria do período em consideração, Luanda não era nenhuma exceção. Entre o início da década de oitenta do século XVIII e meados da década de quarenta do século XIX, como a Tabela IX demonstra, este centro urbano costeiro vivenciou significativos períodos de seca, fome e/ou doença. A frequência destas condições era particularmente intensa até o fim da primeira década do século XIX, ocorrendo problemas graves quase incessantemente durante 1782-1794, 1799-1803, 1805, 1807-1808, 1811 e 1814-1817. Depois disso, o capital colonial de Angola entrou em um relativamente longo período de repouso, com casos intermitentes de seca, fome e/ou doença reportados apenas em 1822, 1825-1826, 1835, 1838 e 1841. Sempre que estas condições prevaleciam, tal como os governadores da Angola e outros administradores coloniais repetidamente lembravam a seus superiores em Lisboa, a mortalidade aumentava substancialmente.⁶⁸ A partir das estatísticas vitais encontradas nos censos, é impossível estabelecer uma correlação rígida entre as informações qualitativas e os dados quantitativos sobre óbitos.⁶⁹ Os censos, tal como nos mostra a Tabela III, só registram taxas elevadas de mortalidade para 1812, sugerindo que a epidemia de varíola de 1811, com os seus efeitos mortais, se refletiu no ano seguinte, e para 1825, um outro ano de seca e fome em Luanda. Não obstante, existe pouca razão para acreditar que um estreito vínculo não existia entre os desastres que golpearam

a capital da colônia e as flutuações de sua população. Basta lembrarmos que a alta diminuição demográfica (2.059 pessoas) sofrida pela população de Luanda, durante 1806-1807, foi atribuída por António Jozé de Faria quase exclusivamente à epidemia de varíola que na altura atingiu a cidade. O frágil ambiente epidemiológico da capital angolana teve seguramente um impacto no número da sua população, apesar de ser difícil medir a relação causal.

Um segundo fator pode ser encontrado numa das características mais importantes desta população. Luanda era uma sociedade escravocrata. Como tal, era sempre assolada com fugas de escravos, com os cativos a tentarem, continuamente, obter a sua liberdade através da fuga para regiões vizinhas (sob o controle ou de sociedades de escravos fugidos, ou de chefes africanos), ou para o seu lugar de origem bem no interior da África central ocidental. Embora não contabilizado, de acordo com fontes contemporâneas, o número destes fugitivos era significativo.⁷⁰ Conseqüentemente, a fuga de escravos deve ter desempenhado um papel relativamente importante na redução da população cativa desta cidade portuária.

Uma terceira e quantitativamente mais significativa causa era provavelmente o comércio de escravos no Atlântico. De 1780 até 1830, Luanda permaneceu como o mais importante exportador do centro-oeste africano de escravos para as Américas, especialmente para seus portos irmãos brasileiros.⁷¹ Embora esta função comercial tenha diminuído após a abolição do tráfico ao sul do Equador em 1830, um grande número de escravos continuou a ser exportado ilegalmente da capital colonial de Angola para o Brasil.⁷² Conseqüentemente, não só esta cidade portuária possuía uma população permanente, mas também recebia milhares e milhares de cativos provenientes das regiões do interior produtoras de escravos para remessas através do Atlântico (Gráfico VI). Se a demanda de cativos do Atlântico era baixa, o fluxo anual de milhares de escravos entrando em Luanda nem sempre achava uma pronta saída de mercado no Brasil. Isto fez com que os exportadores de escravo retivessem os cativos não desejados que chegavam do interior como parte de sua própria população de escravos permanente. Ao contrário, quando a demanda do Atlântico por novos escravos era particularmente alta, um atraso de um a dois anos era exigido para que os pro-

dutores no interior da capital colonial de Angola pudessem produzir as quantidades necessárias de cativos. A fim de atender à demanda crescente, a única alternativa que restava aos exportadores de escravos para prover rapidamente o número exigido de cativos era utilizar sua própria população de escravos permanente.⁷³ Deste modo, após o súbito lucro gerado pela descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais (1695-1750), a demanda brasileira por escravos da capital colonial de Angola caiu vertiginosamente durante a década de sessenta do século XVIII para uma média anual de 8.304, caindo novamente para uma média de 7.574 por ano durante a década seguinte.⁷⁴ A muito reduzida procura de novo trabalho escravo pelo Brasil, os exportadores de escravos em Luanda responderam retendo os cativos em excesso produzidos no interior e os incorporando em sua própria população de escravos permanente. Não surpreendentemente, os primeiros dos censos de Luanda indicam a população de escravos anual mais alta (5.583) de todo período consideração.

Depois do início da penúltima década do século XVIII, as plantações brasileiras começaram se recuperar lentamente, gerando um aumento na demanda de novo trabalho escravo.⁷⁵ Deste modo, a exportação de escravos de Luanda aumentou de acordo com uma média de 9.463 na década de oitenta do século XIX e então aumentou novamente para uma média anual de 10.260 na década seguinte. Em contraste, por volta de 1797-1799, apenas uma média de 3.988 escravos permaneciam na população de capital colonial de Angola. Durante a primeira década do século XIX, as exportações de escravos aumentaram ainda mais para um média de 12.300 por ano para atender à continuamente crescente demanda brasileira por trabalho escravo. A população escrava de Luanda, por outro lado, reduziu-se para uma média anual de 3.374 indivíduos de 1802 até 1807. Já que a relação entre as intensas demandas brasileiras por escravos e a utilização da população cativa permanente dos exportadores de escravos de Luanda ainda permanece em dúvida, é apenas necessário prestar atenção ao fato de que durante a primeira década do século XIX, particularmente após a abolição da escravidão ao norte do Equador em 1815, a demanda brasileira por operários escravizados atingiu ápices ainda maiores, tal como as médias anuais de 13.292 cativos que foram embarcados a partir desta cidade

portuária. O número médio de escravos que vivia em Luanda, em contraste, atingiu o seu valor mais baixo (uns escassos 2.145) precisamente durante este período.

Apesar da exportação de escravos ter permanecido elevada durante o início da década de vinte do século XIX, com uma média anual de 18.387 embarques, a demanda por cativos na capital colonial de Angola subitamente sofreu outra baixa. Após a Declaração de Independência do Brasil em 1822, os então comerciantes de escravos estrangeiros no Brasil perderam os privilégios de taxas de importação-exportação que desfrutavam entre os nacionais portugueses, forçando-os a seguir para portos livres de impostos ao norte de Luanda. De 1823 até 1825, apenas uma média de 11.765 escravos foram anualmente exportados a partir deste centro urbano costeiro. Como resultado, os exportadores de escravos retinham os cativos não comercializados produzidos no interior como parte de seus próprios escravos permanentes. Conseqüentemente, não deveria ser surpresa que a segunda mais alta população total de escravos (4.178) tenha sido registrada no censo de 1825.

O número de escravos exportados de Luanda continuou a decrescer ao longo do fim da década de 1820. De 1826 até 1830, estes atingiram uma média ligeiramente mais baixa que 11.647. Porém, porque a demanda brasileira havia se direcionado para portos isentos de impostos ao norte, muitos dos cativos produzidos no interior foram então redirecionados para longe da capital colonial de Angola. Sem um fluxo anual de escravos tão grande, a população escrava de Luanda sofreu assim um outro declínio significativo, com uma média de 2.842 por ano, durante 1829-1832.

O comércio de escravos no Atlântico negociados ao sul do Equador foi finalmente abolido em 1830. Todavia, um tráfico ilegal rapidamente surgiu em seu lugar. Embora muitos dos cativos produzidos anualmente no interior ainda chegassem em Luanda a fim de suprir o comércio de contrabando, a maioria continuava a ser exportada ao norte a bordo de navios negreiros. Como resultado, as condições prevalentes no fim da década de 1820 persistiram ao longo das duas décadas subseqüentes. No ano de 1844, a população escrava permanente de Luanda tinha diminuído para 2.749.

Torna-se claro, então, que os requisitos brasileiros para novos cativos tiveram um profundo impacto no fluxo e refluxo da população escrava de Luanda. Neste caso, ao invés do que ocorria devido a desastres naturais ou epidemiológicos, é possível visualizar o entrelaçamento de relações causais — Gráfico VI. Pode-se identificar claramente os anos nos quais mudanças no volume de exportações de escravos tiveram um impacto primeiramente nas estimativas de população total e secundariamente sobre os valores da população de escravos de Luanda.

Será que a especificação de gênero desta demanda sofreu mudanças entre 1781 e 1844, deste modo afetando as perdas particularmente significativas que ocorreram entre as mulheres escravas? A evidência é, nitidamente, circunstancial. Contudo, existem indicações que atestam esta relação.

Os censos existentes indicam que a relação entre gêneros da população escravizada sofreu mudanças profundas durante o período em consideração. De uma razão média de 80,1 durante 1781-1807, o número de homens *versus* mulheres cativas subiu significativamente para 118,8 no início do século XIX, antes de decrescer para 91,1 no período de 1823 até 1844. Vale a pena ressaltar que a década de 1820 apresentou as mais altas demandas brasileiras por novos cativos. Esta demanda elevada era o resultado de dois desenvolvimentos importantes.

O primeiro ocorreu em 1808, quando a corte portuguesa, como também grande parte da nobreza, burocracia e comerciantes ricos (cerca de 4.000 apenas na primeira frota), fugiram dos exércitos de Napoleão e aportaram no Rio de Janeiro, o mais importante destino brasileiro para escravos exportados de Luanda. Estes, porém, não eram imigrante comuns. Eles vieram dos mais altos escalões da sociedade portuguesa e não tinham o costume de realizar trabalhos manuais. Deste modo, foram rapidamente utilizados escravos, particularmente mulheres, para o trabalho doméstico.⁷⁶ Isto por sua vez levou os comerciantes do Rio de Janeiro a retirar mais cativos de Luanda, que tinha o seu próprio reservatório de escravas, com experiência em vários ofícios e acostumadas à vida numa colônia urbana portuguesa.⁷⁷ O segundo desenvolvimento aconteceu em 1815, quando foi abolido o comércio escravo no norte do Equador. Os comerciantes do Rio de Janeiro depararam-se então com a incerteza no fornecimento de escravos

da África ocidental. Mais uma vez voltaram-se, cada vez mais, para Luanda, mantendo uma procura elevada de mulheres, sentindo talvez que o comércio escravo a sul do Equador estava também em perigo.

Conclusão

O desejo de estabelecer uma forma de controle fiscal e militar sobre as suas colônias trouxe Portugal para a era das estatísticas. As decisões tomadas pelas autoridades coloniais portuguesas, desde o final do século XVIII até meados do século XIX, produziram um importante conjunto de dados demográficos como raramente é encontrado na história de África. A parcialidade encontrada nos dados dos censos não conseguiu reduzir a significativa importância total das estatísticas dos domicílios produzidas pela administração colonial. O conjunto de censos de Luanda, entre 1781 e 1844, quando examinados como uma série através de uma minuciosa análise interna completada pelo recurso à análise de tendência, permanece uma fonte preciosa de dados relativos a transformações demográficas ocorridas nesta cidade portuária. Os dados valiosos sobre as categorias sociais acrescentados aos dados do comércio escravo permitem-nos compreender melhor esta sociedade escravocrata.

Os dados nos permitem compreender melhor o entrelaçamento das relações causais entre a principal atividade econômica deste porto exportador de escravos e as mutações em seu tecido social. Existe claramente um vínculo entre a população de escravos (homens e mulheres) e o fluxo e refluxo do número de escravos exportados. Isto pode também ter ocasionado um impacto em outros grupos, como os mulatos. O significado sócio-demográfico de tudo isto é muito abrangente. Em primeiro lugar, levanta muitas questões relativas aos meios de controle social de uma sociedade capaz de exportar, por ano, um número de escravos superior ao da sua população. Podemos colocar a hipótese de que o poder da estrutura social de Luanda está intimamente relacionado com a continuação do comércio escravo mas que podem ter ocorrido modificações importantes quando as condições econômicas se alteraram. Em segundo lugar, tudo aponta para uma relação próxima entre a sociedade exportadora (Luanda) e o seu mercado principal (Rio de Janeiro) no Brasil. Podemos compreender melhor agora

que esta proximidade estruturou as duas sociedades e redesenhou a configuração social das mesmas, à medida que as flutuações no comércio modificaram as suas composições sexuais e raciais.

De 1781 a 1844, a população de Luanda não esteve apenas em declínio absoluto, como também sofreu perdas catastróficas. A maior parte destas perdas deram-se entre os civis, em especial entre os escravos pretos, e mais em precisamente ainda, entre as mulheres escravas. Esta situação pode ser explicada pelo fato de que o número de óbitos registrados representa uma subcontagem, e de que um número relativamente grande de cativos fugiu da sua vida de escravatura em Luanda. Porém, estes fatores não justificam, por si sós, o declínio. A principal razão pela qual um grande número de pessoas, especialmente de escravas pretas, simplesmente desapareceu dos censos de Luanda deve ser procurada noutra sítio. Como explicamos anteriormente, a causa principal foi uma crescente procura brasileira por novos trabalhadores escravos, em especial mulheres escravas com experiência, necessárias para o trabalho doméstico no Rio de Janeiro. Resumindo, os censos de Luanda mostram uma história demográfica que estava dependente do que se passava no Rio de Janeiro: isto é, o impacto do comércio escravo atlântico não foi unidirecional (os escravos a serem exportados à força para o Brasil), mas atingiu simultaneamente a sociedade exportadora e a sociedade importadora de escravos. Os dois lados deste coeso ambiente econômico sul-atlântico estavam organicamente interligados.

Tabela I. Censos disponíveis no AHU sobre Luanda, 1773-1844

ANO	DATA DE COMPILAÇÃO	COMPILADOR	LOCALIZAÇÃO (AHU, Angola)
1773[a]	03 Março 1773	n.d.	Cx. 57 - Doc. 34
1781	1781	Jozé de Silva Rego	Cx. 64 - Doc. 63
1796	31 Janeiro 1797	Jozé de A. Castelo Branco	Cx. 86 - Doc. 6
1797	06 Janeiro 1798	Ibid	Cx. 91 - Doc. 41
1798	04 Janeiro 1799	Ibid	Cx. 91 - Doc. 41

1799	01 Janeiro 1800	Ibid	Cx. 94 - Doc. 1
1802	01 Janeiro 1803	António Jozé de Faria	Cx. 105 - Doc. 44
1803	15 Janeiro 1804	Ibid	Cx. 105 - Doc. 44
1804	15 Janeiro 1805	Ibid	Cx. 112 - Doc. 47
1805	01 Março 1806	Ibid	Cx. 117 - Doc. 27
1806	15 Março 1807	Ibid	Cx. 118 - Doc. 21
1807	15 Janeiro 1808	Ibid	Cx. 119 - Doc. 6
1810	15 Janeiro 1811	Ricardo da Silva Rego	Cx. 122 - Doc. 1
1811	15 Janeiro 1812	Ibid	Cx. 124 - Doc. 9
1812	15 Janeiro 1813	Ibid	Cx. 127 - Doc. 1
1813	15 Janeiro 1814	Ibid	Cx. 128 - Doc. 26
1814	15 Janeiro 1815	Ibid	Cx. 130 - Doc. 30
1815	15 Janeiro 1816	Ibid	Cx. 131 - Doc. 14
1816	15 Janeiro 1817	Joaquim A. de Oliveira	Cx. 132 - Doc. 32
1817	10 Janeiro 1818	Ibid	Cx. 134 - Doc. 37
1818	01 Janeiro 1819	Ibid	Cx. 136 - Doc. 19
1819	Janeiro 1820	Ibid	Cx. 138 - Doc. 3
1823	Janeiro 1824	Manuel do N. Pereira	Cx. 144 - Doc. 9
1825	Janeiro 1826	Joaquim A. de Oliveira	Cx. 151 - Doc. 84
1826[b]	20 Julho 1827	n.d.	Cx. 156 - Doc. 16
1828[c]		n.d.	
1829	Janeiro 1830	António D. da Silva	Cx. 167 - Doc. 33
1830	Janeiro 1831	Ibid	Cx. 170 - Doc. 1
1831	27 Fevereiro 1832	Ibid	Cx. 174 - Doc. 21
1832	Janeiro 1833	João A. de Moraes Faião	Cx. 176 - Doc. 17
1844[d]		n.d.	

[a] Censo parcial.

[b] Apenas disponível o resumo.

[c] Número total de habitantes por género e condição social em Jean Baptiste Douville, *Voyage au Congo et dans l'intérieur de l'Afrique équinoxiale...1828, 1829, 1830* (Paris, 1832) vol. 1, 9 e 258.

[d] Apenas disponível o resumo em José Lopes de Lima, *Ensaio Sobre a Statistica das Possessões Portuguezas* (Lisboa, 1846) vol. 3, parte 1, 4-A.

Tabela II. Tabela Tópico dos Censos de Luanda, 1781-1844

ANO(s)	1781	1796	1797 - 1798	1799 - 1832	1826 & 1844
Sexo	X	X	X	X	X
Grupos etários alargados	X				
Cor	X	X	X	X	X
Civis		X	X	X	
Não-civis		X	X	X	
Nascimentos	X		X	X	
Casamentos				X	
Óbitos	X		X	X	
Condição social	X	X	X	X	X
Estado marital				X	
Domicílios		X	X	X	X
Profissões				X	
Imigrantes			X	X	
Emigrantes			X	X	

Tabela III. Total da População, Nascimentos, Óbitos, Imigração e Emigração: Luanda, 1781-1844

ANO	POPULAÇÃO DE FINAL DE ANO	NASCIMENTOS	ÓBITOS	(N - Ó)	IMIGRAÇÃO	EMIGRAÇÃO	MIGRAÇÃO BRUTA	CRESCIMENTO BRUTO	POPULAÇÃO ESPERADA	ERRO DE ENCERRAMENTO	%
1781	9755	584	182	402	-	-	-	-	-	-	-
1782-1795	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1796	7204	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1797	7976*	571	163	408	67	184	-117	291	-	-	-
1798	8013	245	184	61	45	123	-78	-17	*	*	*
1799	6414	127	143	-16	266	109	157	141	8154	-1740	-27.1
1800-1801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1802	6925	551	132	419	491	392	99	518	-	-	-
1803	6907	574	138	436	276	83	193	629	7554	-647	-9.4
1804	6939	635	140	495	326	89	237	732	7639	-700	-10.1
1805	8112	611	202	409	435	67	368	777	7716	396	4.9
1806	8243	547	220	327	449	228	221	548	8660	-417	-5.1
1807	6184	655	128	527	369	200	169	696	8939	-2755	-44.6
1808-1809	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1810	5908	727	56	671	303	178	125	796	-	-	-
1811	6051	400	101	299	519	604	-85	214	6122	-71	-1.2
1812	5390	683	1522	-839	1102	228	874	35	6086	-696	-12.9

1813	5140	-	259	-	292	264	28	-	-	-	-
1814	4947	-	31	-	293	382	-89	-	-	-	-
1815	4648	32	175	-143	87	208	-121	-264	-	-	-
1816	4689	84	112	-28	171	72	99	71	4719	-30	-0.6
1817	4490	7	81	-74	214	59	155	81	4770	-280	-6.2
1818	4506	12	83	-71	209	55	154	83	4573	-67	-1.5
1819	5680	404	371	33	461	117	344	377	4883	797	14.0
1820-1822	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1823	6256	53	104	-51	769	306	463	412	-	-	-
1824	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1825	7209	53	498	-445	865	757	108	-337	-	-	-
1826	6813	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1827-1828	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1829	5541	223	195	28	317	776	-459	-431	-	-	-
1830	5345	15	1	14	1597	939	658	672	6213	-868	-16.2
1831	5708	213	177	36	704	181	523	559	5904	-196	-3.4
1832	5058	93	119	-26	562	818	-256	-282	5426	-368	-7.3
1833-1843	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1844	5605	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

NOTAS:

- = Não disponível

* = Os dados para 1797 estão incompletos. As estatísticas de nascimentos e óbitos são para o período de 27 julho de 1797 a 1 janeiro de 1798

**Tabela IV. População Civil e Pessoal Administrativo:
Luanda, 1781-1844**

ANO	POPULAÇÃO DE FINAL DE ANO	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO %	PESSOAL ADMINIS- TRATIVO	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO %	CIVIS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO %
1781	9755	—	—	—	—	—
1782-1795	—	—	—	—	—	—
1796	7204	-2.00	314	—	6890	—
1797	7976	10.72	1033	228.98	6943	0.77
1798	8013	0.46	1406	36.11	6607	-4.84
1799	6414	-19.96	1272	-9.53	5142	-22.17
1800-1801	—	—	—	—	—	—
1802	6925	2.59	1223	-1.30	5702	3.51
1803	6907	-0.26	1237	1.14	5670	-0.56
1804	6939	0.46	1227	-0.81	5712	0.74
1805	8112	16.90	1052	-14.26	7060	23.60
1806	8243	1.61	1265	20.25	6978	-1.16
1807	6184	-24.98	1367	8.06	4817	-30.97
1808-1809	—	—	—	—	—	—
1810	5908	-1.51	1363	-0.10	4545	-1.92
1811	6051	2.42	1325	-2.79	4726	3.98
1812	5390	-10.92	1312	-0.98	4078	-13.71
1813	5140	-4.64	1293	-1.45	3847	-5.66
1814	4947	-3.75	1281	-0.93	3666	-4.70
1815	4648	-6.04	1278	-0.23	3370	-8.07
1816	4689	0.88	1338	4.69	3351	-0.56
1817	4490	-4.24	1291	-3.51	3199	-4.54
1818	4506	0.36	1314	1.78	3192	-0.22
1819	5680	26.05	1385	5.40	4295	34.56
1820-1822	—	—	—	—	—	—

1823	6256	2.44	1075	-6.14	5181	4.80
1824	–	–	–	–	–	–
1825	7209	7.35	1542	19.77	5667	4.59
1826	6813	-5.49	–	–	–	–
1827-1828	–	–	–	–	–	–
1829	5541	-6.66	980	-10.71	4561	-5.28
1830	5345	-3.54	1038	5.92	4307	-5.57
1831	5708	6.79	1066	2.70	4642	7.78
1832	5058	-11.39	965	-9.47	4093	-11.83
1833-1843	–	–	–	–	–	–
1844*	5605	0.86	811	-1.44	4794	1.33
Taxas						
1781-1844:		-0.88				
Taxas						
1796-1844:		-0.52		2.00		-0.75

NOTAS:

– = Não disponível

* = Censo incompleto: 811 pessoas administrativas incluem apenas os militares

Tabela V. Pessoal Administrativo dividido pelas Categorias dos Censos: Luanda, 1796-1844

ANO	MILITARES	% DO TOTAL	ECLESIASTICOS	FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	TOTAL
1796	240	76.4	44	30	314
1797	931	90.1	52	50	1033
1798	1302	92.6	48	56	1406
1799	1154	90.7	37	81	1272
1800-1801	–	–	–	–	–
1802	1099	89.9	38	86	1223
1803	1111	89.8	32	94	1237

1804	1118	91.1	27	82	1227
1805	927	88.1	44	81	1052
1806	1155	91.3	45	65	1265
1807	1238	90.6	50	79	1367
1808-1809	–	–	–	–	–
1810	1251	91.8	36	76	1363
1811	1206	91.0	43	76	1325
1812	1185	90.3	47	80	1312
1813	1167	90.3	45	81	1293
1814	1157	90.3	46	78	1281
1815	1153	90.2	40	85	1278
1816	1210	90.4	43	85	1338
1817	1168	90.5	40	83	1291
1818	1182	90.0	47	85	1314
1819	1268	91.6	33	84	1385
1820-1822	–	–	–	–	–
1823	948	88.2	42	85	1075
1824	–	–	–	–	–
1825	1419	92.0	46	77	1542
1826	–	–	–	–	–
1827-1828	–	–	–	–	–
1829	894	91.2	23	63	980
1830	948	91.3	24	66	1038
1831	973	91.3	27	66	1066
1832	875	90.7	20	70	965
1833-1843	–	–	–	–	–
1844	811	–	–	–	–

NOTA: – = Não disponível

Tabela VI. População de Luanda por Género, 1781-1844

ANO	TOTAL DA POPULAÇÃO			CIVIS			PESSOAL ADMINIS- TRATIVO
	HOMENS	MULHERES	RAZÃO DE MASCULI- NIDADE*	HOMENS	MULHERES	RAZÃO DE MASCULI- NIDADE*	HOMENS**
1781	4108	5647	72.7	—	—	—	—
1782-1795	—	—	—	—	—	—	—
1796	2979	4225	70.5	2665	4225	63.1	314
1797	3558	4418	80.5	2525	4418	57.2	1033
1798	3620	4393	82.4	2214	4393	50.4	1406
1799	2912	3502	83.2	1640	3502	46.8	1272
1800-1801	—	—	—	—	—	—	—
1802	3785	3140	120.5	2562	3140	81.6	1223
1803	3530	3377	104.5	2293	3377	67.9	1237
1804	3539	3400	104.1	2312	3400	68.0	1227
1805	4334	3778	114.7	3282	3778	86.9	1052
1806	4612	3631	127.0	3347	3631	92.2	1265
1807	3975	2209	179.9	2608	2209	118.1	1367
1808-1809	—	—	—	—	—	—	—
1810	4140	1768	234.2	2777	1768	157.1	1363
1811	3544	2507	141.4	2219	2507	88.5	1325
1812	3064	2326	131.7	1752	2326	75.3	1312
1813	2981	2159	138.1	1688	2159	78.2	1293
1814	2983	1964	151.9	1702	1964	86.7	1281
1815	2780	1868	148.8	1502	1868	80.4	1278
1816	2940	1749	168.1	1602	1749	91.6	1338
1817	2682	1808	148.3	1391	1808	76.9	1291
1818	2705	1801	150.2	1391	1801	77.2	1314
1819	3560	2120	167.9	2175	2120	102.6	1385
1820-1821	—	—	—	—	—	—	—
1823	3650	2606	140.1	2575	2606	98.8	1075

1824	–	–	–	–	–	–	–
1825	3985	3224	123.6	2443	3224	75.8	1542
1826	3631	3182	114.1	–	–	–	–
1827-1828	–	–	–	–	–	–	–
1829	2525	3016	83.7	1545	3016	51.2	980
1830	3153	2192	143.8	2115	2192	96.5	1038
1831	3419	2289	149.4	2353	2289	102.8	1066
1832	2732	2326	117.5	1767	2326	76.0	965
1833-1843	–	–	–	–	–	–	–
1844	3104	2501	124.1	2293	2501	91.7	811

NOTAS:

– = Não disponível

* = Número de homens por 100 mulheres

** = Não há indicação nos censos da presença de mulheres na categoria de pessoal administrativo

Tabela VII. População Civil por Cor: Luanda, 1799-1832

ANO	POPULAÇÃO CIVIL	BRANCOS	%	MULATOS	%	PRETOS	%	MULATOS E PRETOS %
1799	5142	443	8.6	797	15.5	3902	75.9	91.4
1800-1801	–	–	–	–	–	–	–	–
1802	5702	710	12.5	1060	18.6	3932	69.0	87.5
1803	5670	512	9.0	1009	17.8	4149	73.2	91.0
1804	5712	521	9.1	1022	17.9	4169	73.0	90.9
1805	7060	660	9.3	1244	17.6	5156	73.0	90.7
1806	6978	661	9.5	1285	18.4	5032	72.1	90.5
1807	4817	487	10.1	869	18.0	3461	71.8	89.9
1808-1809	–	–	–	–	–	–	–	–
1810	4545	406	8.9	1150	25.3	2989	65.8	91.1
1811	4726	444	9.4	656	13.9	3626	76.7	90.6
1812	4078	363	8.9	575	14.1	3140	77.0	91.1
1813	3847	382	9.9	474	12.3	2991	77.7	90.1

1814	3666	347	9.5	469	12.8	2850	77.7	90.5
1815	3370	376	11.2	379	11.2	2615	77.6	88.8
1816	3351	361	10.8	388	11.6	2602	77.6	89.2
1817	3199	355	11.1	472	14.8	2372	74.1	88.9
1818	3192	355	11.1	472	14.8	2365	74.1	88.9
1819	4295	443	10.3	438	10.2	3414	79.5	89.7
1820-1822	–							
1823	5181	348	6.7	473	9.1	4360	84.2	93.3
1824	–							
1825	5667	372	6.6	604	10.7	4691	82.8	93.4
1826-1828	–							
1829	4561	238	5.2	332	7.3	3991	87.5	94.8
1830	4307	403	9.4	658	15.3	3246	75.4	90.6
1831	4642	504	10.9	564	12.1	3574	77.0	89.1
1832	4093	309	7.5	530	12.9	3254	79.5	92.5

NOTA:

– = Não disponível

Tabela VIII. População Civil e População Escrava: Luanda, 1781-1844

ANO	LIVRES	POPULAÇÃO LIVRE COMO % DO TOTAL DA POPULAÇÃO	ESCRAVOS			POPULAÇÃO ESCRAVA COMO % DO TOTAL DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO ESCRAVA COMO % DOS CIVIS
			HOMENS	MULHERES	TOTAL		
1781	4172	42.8	2164	3419	5583	57.2	–
1782-1795	–	–	–	–	–	–	–
1796	2783	38.6	–	–	4421	61.4	64.2
1797	3637	45.6	–	–	4339	54.4	62.8
1798	3651	45.6	–	–	4362	54.4	66.0
1799	3150	49.1	1410	1854	3264	50.9	63.5
1800-1801	–	–	–	–	–	–	–

1802	4093	59.1	1361	1471	2832	40.9	49.7
1803	3560	51.5	1371	1976	3347	48.5	59.0
1804	3587	51.7	1366	1986	3352	48.3	58.7
1805	4133	50.9	1754	2225	3979	49.1	56.4
1806	4206	51.0	1818	2219	4037	49.0	57.9
1807	3487	56.4	1411	1286	2697	43.6	56.0
1808-1809	–	–	–	–	–	–	–
1810	3520	59.6	1444	944	2388	40.4	52.5
1811	3295	54.5	1532	1224	2756	45.5	58.3
1812	2981	55.3	1285	1124	2409	44.7	59.1
1813	3120	60.7	1044	976	2020	39.3	52.5
1814	2929	59.2	1059	959	2018	40.8	55.0
1815	2853	61.4	972	823	1795	38.6	53.3
1816	2814	60.0	1062	813	1875	40.0	56.0
1817	2879	64.1	836	775	1611	35.9	50.4
1818	2902	64.4	836	768	1604	35.6	50.3
1819	2708	47.7	1573	1399	2972	52.3	69.2
1820-1822	–	–	–	–	–	–	–
1823	2502	40.0	1951	1803	3754	60.0	72.5
1824	–	–	–	–	–	–	–
1825	3031	42.0	1779	2399	4178	58.0	73.7
1826	2587	38.0	1802	2424	4226	62.0	–
1827-1828	–	–	–	–	–	–	–
1829	2378	42.9	1161	2002	3163	57.1	69.3
1830	2791	52.2	1407	1147	2554	47.8	59.3
1831	2748	47.8	1607	1353	2960	52.2	63.8
1832	2368	46.8	1395	1295	2690	53.2	65.7
1833-1843	–	–	–	–	–	–	–
1844	2856	51.0	1082	1667	2749	49.0	57.3

NOTA:

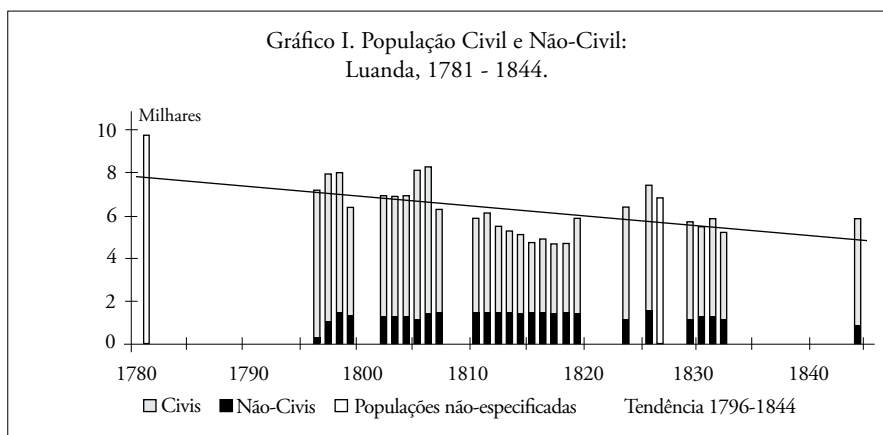
– = Não disponível

Tabela IX: Anos de Fome, Epidemias ou Secas, Luanda, 1782-1841

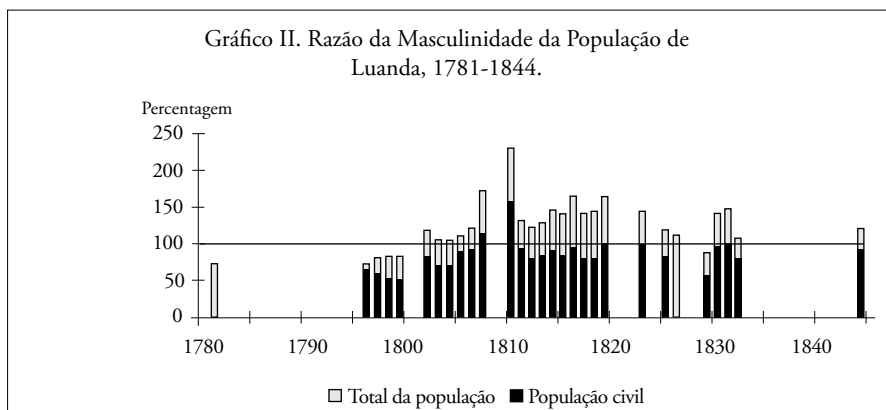
ANOS	TIPO DE DESASTRE
1782-1783	colheita fraca
1785	falta de chuva
1786	falta de chuva/falta de alimento/varíola
1787	falta de chuva/falta de alimento
1788	falta de chuva/falta de alimento/doenças
1789	fome
1790-1792	seca/fome
1793-1794	seca/falta de alimento/varíola/vaga de refugiados vindos do interior
1797	falta de alimento/ vaga de refugiados vindos do interior
1799	seca/falta de alimento/varíola/mortalidade elevada
1800	seca/falta de alimento/varíola
1801-1802	seca/falta de alimento
1803	doenças
1805	varíola
1807-1808	varíola
1811	varíola
1814	varíola
1815	falta de chuva
1816-1817	seca/fome
1822	varíola
1825	seca/falta de alimento/doenças/mortalidade elevada
1826	seca/falta de alimento/mortalidade elevada
1835	praga de gafanhotos
1838	varíola
1841	praga de gafanhotos

Fontes: A maioria destes desastres naturais estão documentados em Joseph C. Miller, “The Significance of Drought, Disease, and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Cen-

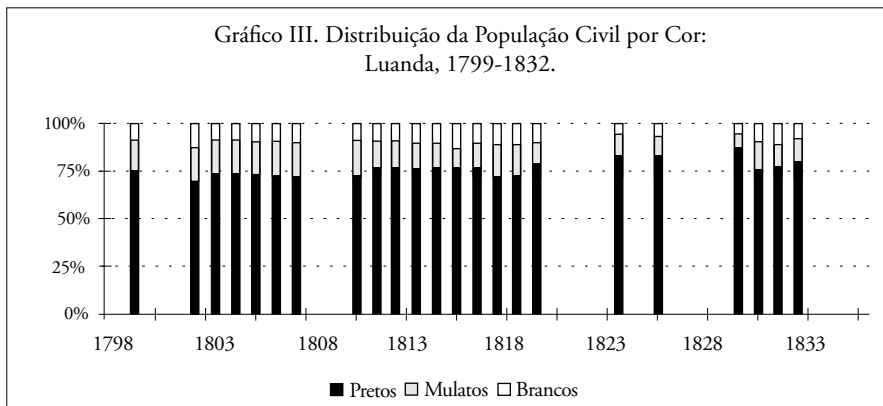
tral Africa,” *Journal of African History* 22 (1982) 17-61 e Jill R. Dias, “Famine and Disease in the History of Angola, c. 1830-1930,” *Journal of African History* 21 (1981) 349-378. As exceções, 1803, 1807-1808, e 1838, estão documentadas em, respectivamente: Governador Fernando António de Noronha para Visconde de Anadia, 17 Junho 1803, in Carlos D. Coimbra, ed., *Ofícios para o Reino (1801-1819): Códices* (Lisboa, 1965) 38; as observações incluídas no “Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda em 1807,” AHU, Angola, Cx. 119, Doc. 6; e Anónimo, *Exame dos Actos do Ex-Governador de Angola Manuel Bernardo Vidal em Resposta a Exposição Assignada por José António de Miranda Vieira* (Lisboa, 1839) 15.



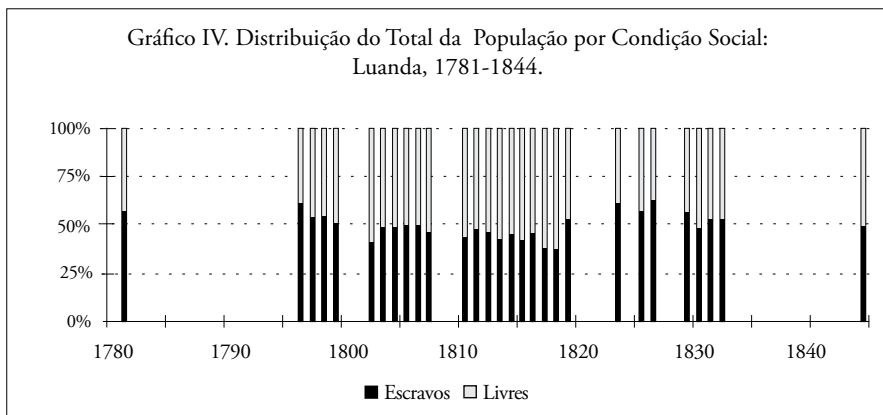
Fonte: Tabela 4



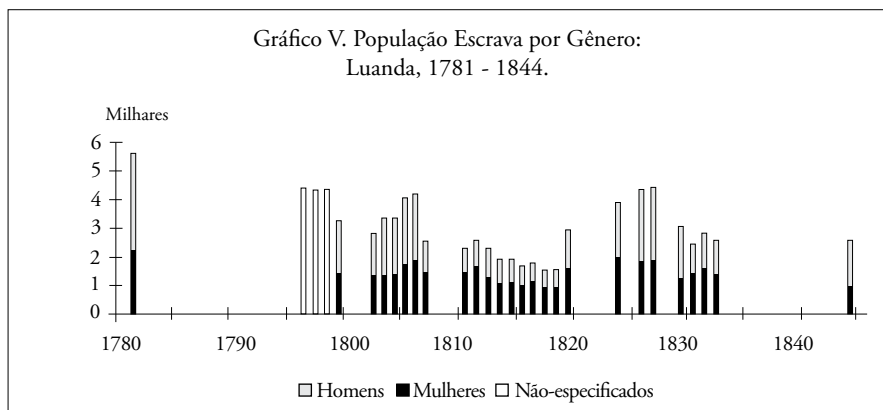
Fonte: Tabela 6



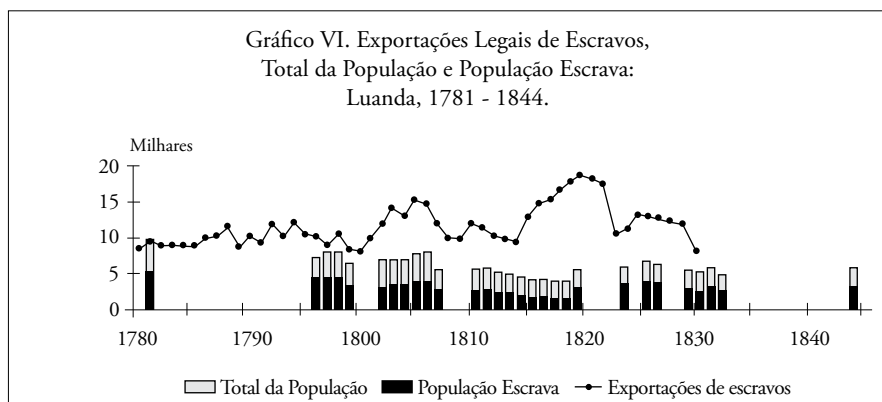
Fonte: Tabela 7



Fonte: Tabela 8



Fonte: Tabela 8



Fontes: todas as tabelas acima

Notas

¹ Veja, em particular, Raymond F. Betts, “Dakar: Ville Impériale (1857-1960)” em R. Ross e G.J. Telkamp, ed. *Colonial Cities: Essays on Urbanism in a Colonial Context*. Dordrecht, 1985, pp. 193-206; Antônio Carreira, “Um Evolução Demográfica de Cabo Verde” *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Vol. 24, 1969, pp. 474-500; idem, “A Ilha de Maio — Alguns Aspectos Sociais e Demográficos”. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*. Vol. 18, 1970, pp. 145-168; idem, “A Ilha de Maio — Demografia e Problemas Sociais e Econômicos”. *Revista do Centro de Estudos de Demográficos*. Vol. 19, 1971, pp. 31-73; idem, *Cabo Verde: Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Lisboa, 1983 (2ª edição originalmente publicada em 1972); idem, “O primeiro ‘Censo’ de População da Capitania das Ilhas do Cabo Verde (1731)”. *Revista de História e Economia Social*. Nº. 13, 1984, pp. 51-66; Henry J. Dubester, *Population Census and Other Official Demographic Statistics of Africa (não incluindo África Britânica): An Annotated Bibliography*. Washington, 1950; Marie Hélène-Baylac, “La compete à Gorée de 1677 à 1798”. *Revue française d’Histoire d’Outre-Mer*. Vol. LVII, 1970, pp. 377-420; Robert R. Kuczynski, *Demographic Survey of the British Colonial Empire*. Vols. 1 e 2. Londres, 1948-1949; John R. Pinfold, *African Population Cesus Reports: A Bibliography and Checklist*. Munich, 1985; Robert Ross, “The White Population of South Africa in the Eighteenth Century”. *Population Studies*. Vol. 29, 1975, pp. 217-230; idem, “Cape Town (1750-1850): Synthesis in the Dialectic of Continents” em R. Ross e G.J. Telkamp, ed. *Colonial Cities: Essays on Urbanism in a Colonial Context*. Dordrecht, 1985, pp. 105-121; University of Texas, Population Research Center, *International Census Bibliography: África*. Austin, 1965; e José C. Venâncio, “Espaço e Dinâmica Populacional em Luanda no Século XVIII”. *Revista de História Econômica e Social*. nº 14, 1984, pp. 67-97.

² Estes documentos fazem parte uma coleção de alguns dos 350 censos populacionais abrangendo Luanda, Benguela e as subdivisões militares-administrativas internas em

Angola sob domínio efetivo ou nominal português de 1773 até a metade de 1840. Os primeiros detalhes sobre esta coleção apareceram em José C. Curto, “The Angolan Manuscript Collection of the Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa: Toward a Working Guide”. *History of Africa*. Vol. 15, 1988, pp. 163-189; e idem, “Demografia histórica e os efeitos faz tráfico de escravos na África: uma análise dos principais estudos quantitativos” *Revista de Estudos Africanos*. Nºs 14/15, 1991, pág. 274. Uma descrição completa destes censos populacionais angolanos é também encontrado em, “Sources for the Pre-1900 Population History of Sub-Saharan Africa: The Case of Angola, 1773-1845”. *Annales de démographie historique*. 1994, pp. 319-338.

³ Em Portugal, a produção de registros de paróquias sobre estatísticas vitais requerido pelo Conselho de Trent em 1563 foi institucionalizado pelo Constituições de Coimbra de 1591. Mais tarde naquela mesma década, requisito foi estendido para as colônias portuguesas. Veja Maria L. Marcílio, “Dos Registos Paroquiais À Demografia Histórica no Brasil”. *Anais de História*. Vol. 2, 1971, pp. 85-86 e M. Felix, “Les registres paroissiaux et l’état civil au o Portugal”. *Archivum*. Vol. 8, 1958, pp. 89-94. No caso de Luanda, porém, os registros conhecidos mais antigos em batismos, casamentos, e enterros datam por volta do final de 1730s. Veja Carlos Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira: o homem e uma sua época*. Luanda, 1990, pág. 273. Com respeito a registros batismais, mais especificamente, documentação existe com certeza partes do Reino vizinho de Kongo desde o início do 1600s em diante. Veja Thornton, “Demografia e História”.

⁴ A primeira contagem era realmente feita por Jesuítas em 1594. Veja “História da Residência de Padres da Companhia de Jesus, 1-05-1594” em António Brásio, ed. *Monumenta Missionaria Africana*. 1^{as} séries. Vol. IV, 1954, pág. 565. Com o século XVII, por outro lado, esta informação se tornou responsabilidade de cada governador recentemente designado, veja “Regimento do Governador de Angola (Manuel Pereira Forjaz) 26-03-1607” em Brásio, *Monumenta Missionaria Africana*. 1^{as} séries. Vol. V, 1955, pp. 266-267 e a “Relação da gente de guerra, artilharia e munições da Angola (agosto e setembro 1625?)” em Beatrix Heintze, ed. *Fontes para um XVII de História de Angola do Século XVII: Memórias, Relações, e outros Manuscritos da Coletânea Documental de Fernão de Sousa, 1622-1635*. Stuttgart, 1985. Vol. eu, pp. 165-169.

⁵ O anônimo “Estabelecimento e Resgates Portugueses na Costa Ocidental da África, 1607” em Luciano Cordeiro, ed. *Viagens, Explorações e Conquistas dos Portugueses: Coleção de Documentos*, Lisboa, 1881, pág. 22, menciona mais ou menos 300 residentes europeus em 1607; Garcia Reparar Castello Branco, “Da Mina ao Cabo Negro: 1574-1620” em *ibid*, pág. 31, lista cerca de 400 em 1620; Diogini de Carli da Piancenza e Michel da Reggio, “A Voyage to Congo in the years 1666 e 1667” em John Churchill, ed. *Uma Coleção de Viagens e Viaja*. Londres, 1732, Vol. I, pp. 485-519, fornece 3.000 em meados de 1660; Giuseppe da Modena, em Evaristo Gatti, *Sulle Terre e sui Mari*. Parme, 1931, pág. 111, mostra 5.000 em 1711; e Rosario Del Parco em L. Jadin, “Aperçu Situation de la situation au Royaume du Congo”. *Bulletin de l’Institut Historique Belge de Roma*. Vol. XXXV, 1963, pág. 359, registra 500 por volta de 1760.

⁶ No caso específico de estimativas agregadas de população existem três exceções. O não assinado “Mapa das regiões circunvizinhas de Luanda com uma minuciosa descrição” em Heintze, *Fontes para a História de Angola do Século*. Vol. eu, pp. 163-164, atinge um não plausível grande total de 40.000 pessoas em 1622. Esta mesma quantidade improvável está também publicada por um missionário no final de 1670. Veja a carta de Fra Paolo Francesco Del Porto-Maurício, 8-05-1679, em E. de Jonghe e Th. Simar, eds. *Arquivos Congolaises*, Bruxelas, 1919, pág. 100. Finalmente, Antonio Zuchelli, *Relazione Del Viaggio e Missione di Congo*. Veneza, 1712, pág. 102, indica 50.000 residentes no fim de 1690, dos quais 40.000 são listados como pretos, 6.000 como mulatos e 4.000 como brancos.

⁷ Para motivos principais que ocasionaram a implementação de censo em Angola ver Curto, “Sources for the Pre-1900 Population History of Sub-Saharan Africa”, pág. 322.

⁸ Veja Carlos de Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII: Subsídio para o Estado de Sua Actuação*. Luanda, 1972, pág. 110.

⁹ “Mappa das pessoas que Rezidem nesta Cidade de São Paulo d’Assumpção, R. no de Angolla, nas quaes senão comprehendem Mellitares [1773]” Arquivo Histórico Ultramarino, Angola, Cx. 57, Doc. 34. Conforme a terminologia usada no AHU, Cx. denota caixa ou box, enquanto Doc. se refere a documento

¹⁰ Note que em 1777 e 1778, as enumerações relacionadas às colônias eram realizadas em Angola: “Mappa de todos de Moradores, e Habitantes deste Reyno de Angola, e suas conquistas ... 1777” AHU, Angola, Cx. 61, Doc. 87; e “Mappa de todos de Moradores, e Habitantes deste Reyno de Angola, e suas conquistas ... 1778” AHU, Angola, Cx. 62, Doc. 67. Estes censos estão disponíveis em *Arquivos das Colônias*. Vol. 3, 1918, pp. 176 e 178, respectivamente. Teoricamente, cada um cobriu Luanda e seu interior. Veja Curto, “Demografia histórica e os efeitos faz tráfico de escravos na África” pág. 255. Uma análise das contagens de população de 1777-1778 é encontrada em John K. Thornton, “The Slave Trade in Eighteenth Century Angola: Effects on Demographic Structures”. *Canadian Journal of African Studies*. Vol. 14. 1980. pp. 417-427.

¹¹ “Relação dos Habitantes desta Cidade de São Paulo d’Assumpção do Reyno de Angolla no ano de 1781” AHU, Angola, Cx. 64, Doc. 64. O diretivas que ordenavam esta produção, porém, não foram localizadas no meio da documentação angolana do AHU.

¹² Para os motivos atrás da reativação do censo em Angola ver Curto, “Sources for the Pré-1900 Population History of Sub-Saharan Africa” 327.

¹³ Sousa Coutinho para o Governador Manuel de Almeida e Vasconcelos. 14-09-1796, Arquivo Histórico Nacional de Angola (a seguir de AHN), Códice 253, fls. 102v-104v. Veja também Governador Miguel de Melo para Sousa Coutinho, 3-12-1797 e 21-10-1797, *Arquivos de Angola*. 2ª série. Vol. XVI, nºs 66-67, 1959, pág. 151 e 2ª série. Vol. IVS, nºs 37-40, 1938, pp. 19-23, respectivamente. Caio Prado, Jr., *The Colonial Background of Modern Brazil*. Berkeley, 1967, pág. 26, informa que em torno da mesma época, semelhantes, se não exatamente, instruções estavam também remetidas para os Governadores do Brasil. A diretivo de 1796 representou deste modo uma tentativa para reavivar os censos no reino português do Atlântico Sul.

¹⁴ “Mappa das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança desta Cidade de São Paulo d’Assumpção ... em observencia das Reaes de Sua Magestade de que ele Sargento Mor, & Commandante de Abreu Castello Branco Pimentel, demonstrando-se igualmente todos de fogos um elle respectivos [1796]” AHU, Angola, Cx. 86, Doc. 6.

¹⁵ “Mappa do Estado actual das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança desta Cidade [São Paulo d’Assumpção, 1797] bem como dos Indevidos que Servem nas Tropas pagas desta mesma Cidade a final a demonstracção que produzio a Revista passada em 1º de Janeiro do Corrente anno por que Ordem do Ilmo. e Exmo. Snr. Dom de Mello” AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41.

¹⁶ Veja tabela I. Uma dos extraordinários achados no Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Luanda (em seguida AHBML), Códice 45, contém os censos anual pertinentes à 6ª vizinhança da cidade, Nossa Senhora do Rosario, entre 1822 e 1832. Isto sugere que os censos de grande abrangência de Luanda foram também empreendidos em 1822, 1824, 1827, e 1828. Veja também a nota de rodapé em seguida.

¹⁷ Certas contagens estão disponíveis para alguns dos anos perdidos. Raimundo da Cunha Matos. *Compendio Histórico das Possessões da Coroa de Portugal nos Mares e Continentes da África Oriental e Ocidental*. Rio de Janeiro, 1963 (mas escritas durante meados dos anos 30 — séc. XIX), pág. 332, baseia-se em um relatório da Comissão Ultramarina da corte portuguesa, fornecendo informações quantitativas sobre a população de brancos e mulatos de Luanda em 1821. Porém, estas contagens são exatamente as mesmas que as encontradas para o censo de 1819. Fundamentado em informações fornecidas por Contam António de Saldanha da Gama, Governador da Angola durante 1807-1810, T. Edward Bowdich. *An Account of the Discoveries of the Portuguese in the Interior of Angola and Mozambique*, London, 1824, pág. 8, por outro lado, coloca a população de Luanda em aproximadamente 8.000, incluindo 1.500 tropas do governo. Cunha Matos. *Compendio Histórico das Possessões da Coroa de Portugal*, pág. 333, fornece também dados na população de capital colonial de Angola em 1828: 5.128 habitantes. Outras contagens para 1.828 são fornecidas por Jean Baptiste Douville, *Voyage au Congo et dans l’Interieur de l’Afrique équinoxiale...* 1828, 1829, 1830, Paris, 1832, Vol. I. Na pág. 39 ele lista uns total de 5152 habitantes. Mas na pág. 258, Douville fornece números razoavelmente diferentes: população total 5.200, inclusive 2.050 homens e 3.150 mulheres, dos quais 1.700 são dados como escravizados. O quase idênticos totais globais apresentados por Cunha Matos e Douville para 1.828 estavam provavelmente retirados de um censo não é mais existente nos arquivos de Portugal ou Angola. No entanto, outras contagens relativas a 1833-1834, são fornecidas por Joaquim de Carvalho e Menezes, um mulato de Luanda exilado na metrópole, em sua *Memoria Geografica e Politica das Possessões Portuguezas n’Occidental da África, que diz Respeito aos Reinos de Angola, Benguela e suas Dependencias*. Lisboa, 1834, pág. 8. De acordo com esta fonte, o capital colonial da Angola tinha uma população entre 11.000 e 12.000 habitantes. Destes, 2.000 eram brancos e 2.000 a 3.000 eram mulatos, enquanto o remanescente era, provavelmente, formado por negros. Esta estimativa está totalmente fora das figuras de censo apresentadas na tabela III abaixo para 1830-1832. A razão para esta diferença pode ser porque Carvalho e Menezes incluíram em sua estima-

tiva escravos transientes e prisioneiros esperando para serem embarcados através do Atlântico. Outra fonte contemporânea, Tito Omboni, *Viaggi nell'África Occidentale: Médico de Già di Consiglio Nel Regno d'a Angola e Sue Dipendenze Membro Della R. Accademia Peloritana di Messina*. Milan, 1855, pág. 107, apresenta a população permanente de Luanda, em 1834, em aproximadamente 6000, uma contagem relativamente semelhante às encontradas nos censos do início da década.

¹⁸ Para melhores informações sobre estes desenvolvimentos, vejam especialmente Joseph C. Miller, “Imports at Luanda, Angola, 1785-1823” em G. Liesegang, H. Pasch, e A. Jones, eds. *Figuring African Trade: Proceedings of the Symposium on the Quantification and Structure of the Import and Export and Long Distance Trade of Africa in the 19th Century (c. 1800-1913)*. Berlím, 1983, pp. 180-183.

¹⁹ Veja, por exemplo, Maria de Morais Gomes, “Angola no Tempo do Governador Nicolau de Abreu Castelo Branco (1824-1830)” M. A. não publicada, tese, Universidade de Lisboa, 1964; e Manuel dos A. Silva Rebelo, *Relações Entre Angola e Brasil, 1808-1830*. Lisboa, 1970, pp. 221-306. A proibição da escravidão no Atlântico Sul tornou-se efetiva em março de 1830.

²⁰ Os estudos chave para este período são: Mário de Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Época de Reformas (1834-1851)*. Lisboa, 1981, especialmente pp. 67-102; e Anne Stamm, “L'Angola À ONU Tournant de Filho Histoire 1838-1848,” dissertação de doutorado não publicada, École Pratique des Hautes Études (Paris), 196?

²¹ Veja a sinopse desta diretiva, datada 30-11-1835, em de Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola*, pág. 322.

²² “Instruções com que veio o Senhor Governador Geral Lourenço Germack Possollo”, 28-10-1843, *Arquivos de Angola*, 1^a series, n^o 15, 1936, pp. 708 e 712.

²³ Veja a sinopse desta carta, datada 19-08-1844, em de Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola*, pág. 329.

²⁴ Veja José C. Curto, “The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850,” *International Journal of African Historical Studies*, Vol. 32, 1999, pág. 385. Esta última conta de população pré-1850 é agora encontrada exclusivamente em forma impressa como parte de um resumo dos censos que foram executados em cada cidade portuária, presídio e distrito da colônia durante o início de 1845. O resumo primeiramente apareceu sob o título de “Mappa da População de Angola [1845]” em José de Lima, *Ensaio Sobre a Statistica das Possessões Portuguezas*. Lisboa, 1846, Vol. III, Parte I, pág. 4-A. Foi subsequentemente reproduzido em Tito Omboni, *Viaggi Nell'África Occidentale: Già Médico di Consiglio Nel Regno d'a Angola e Sue Dipendenze Membro Della R. Accademia Peloritana di Messina*. Milan, 1855, pág. 409. Uma reprodução mais prontamente disponível e recente está incluída em René Pélissier, *Les Guerres Grises: résistance et révoltes en Angola (1845-1941)*. Montamets, 1977, pág. 32.

²⁵ Veja as instruções do Governador António de Lencastre, 10-07-1772, em Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, pág. 110 e a carta de Rodrigo de Sousa Coutinho

para o Governador Miguel António de Mello, 21-10-1797, AHN, Códice 254, fls. 27v-31, publicado em *Arquivos de Angola*, 1st series, nºs 37-40, 1938, pp. 19-23.

²⁶ Veja Douville, *Viagem au Congo*, Vol. I., pág. 13.

²⁷ Estas listas nominais não são geralmente encontradas entre os censos existentes em Luanda. As exceções são: a contagem parcial de 1773 e “Alistamento do 6º Bairro (mapa de fogos, habitantes, etc.) 1823-32,” AHBML, Códice 45. Outras informações indicam claramente que aquelas listas nominais estavam na mesma base das contagens população. Veja, por exemplo, os comentários anexados por António de Faria para “Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas ... em todo o Anno de 1802”, “Mappa de toda um Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas ... em todo o Anno de 1803”, “Mappa de toda um Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas ... em todo o Anno de 1805”, “Mappa de toda um Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas ... em todo o Anno de 1806”, e “Mappa de toda um Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas ... em todo o Anno de 1807” em AHU, Angola: Cx. 105, Doc. 44; Cx. 109, Doc. 49; Cx. 117, Doc. 27; Cx. 118, Doc. 21; e Cx. 119, Doc. 6, respectivamente. As listas nominais foram também a base de contagem de população contemporânea no Brasil. Para o caso de São Paulo, veja Maria L. Marcílio, “Tendências e Estruturas dos Domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828) Segundo as Listas Nominativas de Habitantes,” *Estudos Econômicos* (Universidade de São Paulo). Vol. 2, 1978, pp. 132-133.

²⁸ Como é claro nas informações fornecidas sobre o pessoal pertencente aos setores de administração, eclesiástico e militar. Veja tabela V.

²⁹ Á todos indivíduos que viajavam no Atlântico Sul Português de 1720 em diante e a todos que viajavam dentro da colônia de Angola a partir de 1761, era exigidos a apresentação de passaportes. Veja Dauril Alden, “Manuel Luís Vieira: An Entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil’s Eighteenth Century Agricultural Renaissance,” *Historical American Hispanic Review*. Vol. 39, 1959, pp. 528-529; e Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira*, pp. 72-74, 257-258, e 277. O registro de passaportes em Luanda, porém, apenas se tornou uma operação administrativa distinta depois da meados da década de quarenta do século XIX. Anteriormente, os passaportes eram registrados em duas séries de registros: Portarias (documentos contendo ordens do governo ou instruções) e Bandos (proclamações públicas emitidas pelo governo). Veja Joseph C. Miller, “The Archives of Luanda, Angola” *International Journal of African Historical Studies*. Vol. 7, 1974, pp. 579-580. Com respeito ao registro de pessoas que desembarcavam em Luanda, o sistema pode ter sido semelhante ao em operação no Rio de Janeiro onde, de acordo com Corcino Medeiros dos Santos, “Passageiros em Trânsito pelo Porto do Rio de Janeiro,” *Estudos Históricos* (Marília). Nº11, 1972, pág. 83, do capitão de qualquer navio entrando o porto era exigida a decla-

ração, para o chefe da embarcação encarregada do registro, o número de passageiros a bordo, como também sua cidadania, lugar de residência e idade. Nenhuma informações veio a tona sobre como os indivíduos vindos do interior que entravam em Luanda era realmente registrado.

³⁰ Comentários anexados ao “Mappa do Estado da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção, Capital faz Reyno de Angola, [1798] o qual tirou por Ordem do Illmo. e Exmo. Snr. Governador e Cappam. Geral faça dito Reyno, Dom de Mello” AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41; a “Mappa de toda um Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção, Capital faz Reino de Angola, e de suas diferentes Corporações, Empregos, Estados e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1799” AHU, Angola, Cx. 94, Doc. 1; e a “Mappa de toda um Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas ... em todo o Anno de 1802” AHU, Angola, Cx. 105, Doc. 44, todos mencionam padres de paróquia como os compiladores dos dados em nascimentos, casamentos e óbitos. Veja também a correspondência a seguir do Governador Melo: para Sousa Coutinho, 14-04-1800; para idem, 17-08-1801; para a Coroa, 28-08-1801; e para Visconde de Anadia, 16-07-1802 em, respectivamente, *Arquivos de Angola*. 2^{as} séries, N^{os} 66-67, 1959, pág. 175 e n^{as} 103-106, 1969, pp. 47, 56-58, e 147. Para o registro de batismos contemporâneos, casamentos e enterros disponíveis em Luanda ver Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira*, pág. 273.

³¹ Veja Tabela I.

³² “Mappa das pessoas que Rezidem nesta Cidade ... nas quaes senão comprehendem Mellitares [27-03-1773]” e a lista de tropas do governo com a mesma data em AHU, Angola, Cx. 57, Doc. 34. Os dados sobre mulheres excluídas, a informação gerada sobre militares e homens civis com porte de arma estava especificada nas 1772 instruções dadas a Governador de Lencastre. Veja de Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*. pág. 110.

³³ Estas omissões não foram detectadas em todas as discussões publicadas sobre este censo: Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, pág. 109; Herbert S. Klein, “The Portuguese Slave Trade from Angola in the 18th Century”. *Journal of Economic History*. Vol. 32, 1972, pág. 909; Venâncio, “Espaço e Dinâmica Populacional” pp. 71, e 85-86; e Joseph C. Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison, 1988, pp. 271 e 292-293. Note também que os dados para um dos grupos enumerados, mulheres livres, são altamente suspeitos. Apenas 73 mulheres livres eram então encontradas residindo em Luanda, representando 3,4% das 612 tropas do governo e das 1519 dos civis livres e escravizados contabilizados. Destes, 37 estavam listados como brancos, 32 como mulatos e apenas 4 como negros. Contando mulatos e mulheres livres negras, somente, formavam 8,8% e 8,4%, respectivamente, das 9755 pessoas enumeradas em 1781, logo nós pode-se concluir seguramente que a contagem de 1773 de mulheres livres era extremamente parcial. Como resultado, este censo não pode estar em nossa análise subsequente.

³⁴ Veja “Relação dos Habitantes desta Cidade ... no anno de 1781” AHU, Angola, Cx. 64, Doc. 64. Estas categorias demográficas são exatamente as mesmas que as encontradas

nos censos de larga abrangência de 1777-1778. Veja “População de Angola, 1778” *Arquivos das Colonias*. Vol. 3, 1918, pp. 175-177 e “População de Angola, 1779” *Ib.*, pp. 177-178. Conseqüentemente, contagens em 1781 podem bem ter seguido as diretivas organizacionais escritas cinco anos antes.

³⁵ “Mappa das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança desta Cidade ... demonstrando-se igualmente todos de fogos um elle respectivos [1796]” AHU, Angola, Cx. 86, Doc. 6.

³⁶ Embora ambas realidades sócias-políticas e profissionais tenham sido cobertas, este agrupamento ilustra as ambigüidades do tipo de classificação de censo atribuído para população colonial da Luanda.

³⁷ Obviamente estas categorias excluíam os escravos exportados de Luanda, bem como seus números, com a exceção de 1781, que excedida muito o total populacional ao longo do período.

³⁸ Veja “Mappa do Estado real das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança ... bem como dos Indevidos que Servem nas Tropas pagas desta mesma Cidade e um final um demonstracção que produzio uma Revista passada [1797]” e “Mappa da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção [1798]”, ambos em AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41. As diretivas organizacionais para estes censos estão anexadas ao aviso do Rodrigo de Sousa Coutinho (notificação oficial) de 21-10-1797 para governador Melo, Arquivos de Angola, 1ª série, nºs 37-40, 1938, pp. 19-23, mas ainda precisam ser encontradas.

³⁹ Note que no caso dos censos de 1826 e 1844, os dados estão atualmente disponíveis apenas sob forma de resumo. Conseqüentemente, as categorias demográficas contidas nestes resumos não são como detalhadas como os outros retornos pós-1796. Veja Tabela II.

⁴⁰ Um caminho semelhante para mais completo e periódico estavam também foi imposto nos censos realizados no Brasil durante o fim da década de XVIII. Veja Maria L. Marcílio, “Les Origens des Recensements du Brésil,” em Stefan Pascu, ed., *Populatie si Societate IV*. Cluj-Napoca, 1980, pp. 26-32.

⁴¹ Veja Tabela III.

⁴² Observações que acompanham os censos citados na nota de rodapé # 30 acima. Veja também o resumo de carta do governador Melo para Sousa Coutinho, 14-04-1800, Arquivos de Angola. 2ª série, nºs 66/67, 1959, pág. 175.

⁴³ Governador Melo para Sousa Coutinho, 17-08-1801, *Arquivos de Angola*. 2ª Série. Nºs 103-106, 1969, pág. 47 e idem para the King, 25-08-1801, em *ibid.*, pp. 56-58. Estes problemas não eram peculiares a Luanda nem a outras partes do império. Eles existiam também na metrópole. Veja Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen uma Barbatana de La de l’Regime de Ancien: XVIIIe — début du XIXe Siècle*. Paris, 1966, Vol. eu, pp. 106-113.

⁴⁴ Arquivo da Arquidiocese de Luanda, Bispado de Angola, Provisões e Offícios, Mandados, Pastorais, Livro 10. Veja também governador Melo para Visconde de Anadia, 16-07-

1802, *Arquivos de Angola*. 2ª Série, nºs 103-106, 1969, pág. 147 e Freiras de Manuel Gabriel, *Angola de Cristianismo*. Queluz, 1978, pág. 180.

⁴⁵ “Mappa de toda um Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas ... em todo o Anno de 1807” em AHU, Angola, Cx. 119, Doc. 6.

⁴⁶ Veja Tabela III.

⁴⁷ Com relação à alta mortalidade ocorrida neste Hospital veja: Francisco Damião Cosme, “Tractado das Queixas Endemicas e Mais Fats Nesta Conquista (Loanda 14 Agosto 1770)” *Studia*, nºs 20-22, 1967, pág. 218; e José de Azeredo, *Ensaio sobre Algumas Enfermidades d’ a Angola*. Luanda, 1967, (originalmente publicada em Lisboa, 1799) pp. viii-ix. Cosme era o médico chefe da colônia de Angola na 1760s, enquanto Azeredo ocupou o mesmo posto na última década do século XVIII. De acordo com os números encontrados em Stamm, “L’ a Angola à un Tournant de Son Histoire,” pág. 48, a taxa de mortalidade no Hospital de Luanda durante 1836-1838 era de 34 para 1.000 pacientes.

⁴⁸ António Brasio, “Como Misericórdias de Angola” *Studia*. Vol. 4, 1959, pág. 121. No princípio de 1805, por exemplo, cerca de mais de 200 soldados doentes estavam recebendo cuidados nesta instituição, mas havia a expectativa de que apenas alguns iriam se recuperar. Veja a carta de Governador Fernando de Noronha, 7-02-1805, para Visconde de Anadia, em *Arquivos de Angola*. 2ª série, nºs 75-78, 1962, pp. 113-114.

⁴⁹ Veja o resumo da carta do Governador Melo para Sousa Coutinho, 15-04-1799, em Coimbra, *Ofícios para o Reino (1726-1801)*, pág. 162 e as observações anexadas ao: “Mappa da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção [1798]” AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41; “Mappa de toda um Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção em 1799” AHU, Angola, Cx. 94, Doc. 1; e “Mappa de toda um Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda em 1802” AHU, Angola, Cx. 105, Doc. 44.

⁵⁰ Veja “Mappa da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção [1798]” AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41; “Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção em 1799” AHU, Angola, Cx. 94, Doc. 1; e “Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda em 1802” AHU, Angola, Cx. 105, Doc. 44.

⁵¹ Veja Dauril Alden, “The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A preliminary study” *Hispanic American Historical Review*. Vol. 43, 1963, pág. 181; Thales de Azevedo, *Povoamento da Cidade do Salvador*. São Paulo, 1969, 2ª edição, pág. 185; e Mary C. Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, 1987, pp. 63-64.

⁵² Seus números podem ser deduzidos somando uma taxa de mortalidade hipotética cobrindo a mortalidade de cativos enquanto estes esperaram remessa para exportação anual de escravos, para o que uma grande quantidade de documentação existe. A mais recente avaliação da exportação anual de escravos é encontrado em José C. Curto, “A Quantitative Re-assessment of the Legal Portuguese Slave Trade from Luanda, 1710-1830”. *African Economic History*. Vol. 20, 1992, pp. 1-25.

⁵³ Para que os dados em cada retorno fosse internamente coerente, todas os números devem ser conferidos novamente.

⁵⁴ Miller, *Way of Death*, pág. 292.

⁵⁵ Lima, *Ensaio Sobre uma Statistica das Possui Portuguezas*, Vol. III, pág. 63.

⁵⁶ Neste ponto crucial, veja também: Pacheco, José da Silva Maia Ferreira, pág. 174; de Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola*, pág. 36; e Manuel de Almeida, “Migrações Forçadas e Dinâmica Demográfica (O Caso Particular da Angola),” dissertação de Ph. D não publicada., Universidade de Lisboa, 1993, pág. 415.

⁵⁷ “Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas ... em todo o Anno de 1807” AHU, Angola: Cx. 119, Doc. 6

⁵⁸ Governador de Noronha para Conselho Ultramarino, 28-03-1805, *Arquivos de Angola*. 2ª série, Vol. XIX, nºs 75-78, pág. 118. Sobre a natureza aproximada dos censos portugueses sobre o fim do século XVIII e o início do século XIX veja: José de Barros, “Memórias sobre como Causas da Differente de Portugal em Diversos Tempos da Monarchia” em *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Vol. 1, pp. 43-47; Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d’Algarve*. Paris, 1822, Vol. eu, pág. 187; Silbert, *Le Portugal Méditerranéen*, Vol. eu, pp. 106-113. e Joel Serrão, *Fontes de demografia Portuguesa, 1800-1862*. Lisboa, 1973, pp. 9-161.

⁵⁹ Isto aparece quando analisando o “Erro de fechamento” coluna na tabela e seus índices relacionados (porcentagem dos resultados prévios do censo, média, divergência normal e coeficiente de variação). Esta medida, usado para avaliar a cobertura de censos modernos, relaciona os resultados de censos (neste caso o “Fim de população de ano”) com a população esperada (figuras de população prévio + aumento líquidas durante o período entre censos).

⁶⁰ Os padres de paróquia responsáveis por manter registros de nascimentos e óbitos cobrou uma taxa para batismos e enterros, que os pobres de Luanda não puderam pagar. Veja “Angola no fim do século XVIII: Documentos”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Vol. 6, 1886, pp. 298; e Jean Baptiste Douville, *Viagem au o Congo et dans l’intérieur de l’Afrique équinoxale...1828, 1829, 1830*. Paris, 1832, Vol I. pp. 15-16. Pode muito bem ser que estas taxas sejam a raiz do preconceito.

⁶¹ Uma avaliação recente da população do Centro-oeste africano sugere que não existia nenhum declínio durante este período. Veja Miller, *Way of Death*. pp. 140-169. Outros demógrafos e historiadores, por outro lado, concluíram que a população da região estava realmente decrescendo: John Fage, “The Effect of the Export Slave Trade on African Populations” em R.J.A.R. Rathbone e R.P. Moss, eds. *The Population Factor in African Studies*. Londres, 1975, pp. 15-23; John K. Thornton, “The Demographic Effect on the Slave Trade on Western Africa, 1500-1850” em C. Fyfe e D. McMaster, eds. *African Historical Demography, II: Proceedings of a Seminar Held in the Center of African Studies, University of Edinburgh, 24 e 25 de abril, 1981*. Edinburgh, 1981, pp. 691-720; John C. Caldwell, “The Social Repercussions of Colonial Rule: Demographic Aspects”, UNESCO, *The General History of Africa*. Berkeley, 1985, Vol. VII, pp. 458-486; e Patrick Manning, “The Impact of Slave Trade Exports on the Population of the Western Coast of Africa,

1700-1850” em S. Daget, ed. *De la traite à l’esclavage: Actes du Colloque International sur la traite des noirs*, Nantes 1985. Nantes, 1988, Vol. II, pp. 111-134. Em cada caso, porém, os cálculos feitos por estes estudiosos são todos baseados em hipotéticas taxas anuais positivas de aumento: Fage adotou 1.6, Thornton 2, Miller 2.5, Caldwell 3.5, e Manning 5 por mil. Conseqüentemente, quando lidos em comparação com as conclusões variadas baseadas nestas taxas hipotéticas, nossos dados não só documentam o despovoamento em Luanda por de um longo período de tempo, mas também estabelecem que as perdas eram de proporções notáveis.

⁶² Esta perda da população feminina é ainda mais apreciável se nós tomarmos o valor de 1781 como nossa base. Fazendo isto, eleva-se a a taxa anual de crescimento para -1,28% ao ano ao longo do período inteiro.

⁶³ A razão de masculinidade é o índice da relação numérica entre homens e mulheres em qualquer sociedade. Dá-nos o número de homens por cada 100 mulheres.

⁶⁴ Em 1815, por exemplo, o exército formava 90 % do pessoal administrativo ou 25% da população total.

⁶⁵ Note que diferentemente da população civil, o pessoal administrativo não está dividido nos censos de acordo com classes sócio-econômicas definidas por cor.

⁶⁶ Negros, que durante a primeira década do início do século XIX já constituía 90% da população de escravos, viu sua representação dentro deste grupo aumentar para quase 100% no início da década de trinta do respectivo século, devido ao desaparecimento virtual de mulatos escravizados, cuja proporção caiu para correspondentemente de 10% para apenas 0,2%, na capital colonial de Angola. Além disso, de acordo com uma lista detalhada de funcionários públicos e eclesiásticos em 1799, os escravos não estavam presentes dentro de qualquer um destes dois grupos de residentes da Luanda. Veja, “Angola no Fim do Século XVIII”, pp. 281-294. Semelhantemente, embora cativos foram usados como pessoal militar pela administração colonial portuguesa em guerras contra autoridades políticas africanas ao longo do interior, escravos não parecem ter sido parte dos soldados sediados neste Centro Urbano Costeiro do Centro-oeste Africano. Veja Carpinteiro de rodas de Douglas L., “The Portuguese Army in Angola”, *Journal of Modern African Studies*. Vol. 7, 1969, pp. 426-427.

⁶⁷ Veja Douglas L. Wheeler, “A note on Smallpox in Angola, 1670-1875” *Studia*, n^os 13-14, 1964, pp. 351-362; Jill R. Dias, “Famine and Disease in the History of Angola, c. 1830-1930”. *Journal of African History*. Vol. 22, 1982, pp. 349-378; Joseph C. Miller, “The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa”. *Journal of African History*. Vol. 23, 1982, pp. 17-61; e Dauril Alden e Joseph C. Miller, “Unwanted Cargoes: The Origins and Dissemination of Smallpox via the Slave Trade from Africa to Brazil, c. 1560-1830” em Kenneth F. Kiple, ed. *The African Exchange: Toward a Biological History of Black People*. Durham, 1988, pp. 35-109.

⁶⁸ Veja Miller, “The significance of Drought, Disease and Famine”, pp. 33-59.

⁶⁹ Compare, por exemplo, as informações qualitativas em Miller "The significance of Drought, Disease and Famine", pp. 51-59 com o número anual de mortes encontrada na Tabela III abaixo. Os censos só listam anormais altas taxas de mortalidade durante 1812 e 1825. Semelhantemente, em uma carta para a Coroa portuguesa, 3-10-1818, *Arquivos de Angola*. Vol XVIII, N^{os}. 71/74, 1961, pp. 218-219, Governador Luiz da Motta Fêo e Torres informava que o número de mortes diminuiu significativamente em Luanda depois da chegada de José de Mello como o médico-chefe. Uma vez mais, porém, isto não é sustentado pelos dados de registro vital nos censos.

⁷⁰ Entre as numerosas referências sobre fugas de escravos ver: Governador Francisco de Sousa Coutinho para Francisco de Mendonça Furtado, 5-12-1769, Biblioteca de Lisboa, Códice 8553, fls. 27-33; Governador Barão de Mossamedes para Jaga Cassange, 26-07-1789, *Arquivos de Angola*. Vol. II, n^o 14, 1936, pág. 568; Governador Fernando de Noronha para Visconde de Anadia, 8-11-1803, AHU, Angola, Cx. 108, Doc. 33; a requisição dos donos de escravos de Luanda não datada do início do século XIX exigindo que o Governador da Angola tomasse os passos necessários para eliminar uma sociedade exiladas entre os rios Bengo e Dande, AHU, Angola, Cx. 180, Doc. 49; e a atestação do Conselho Municipal de Luanda, 15-09-1817, em João de Castello Branco e Torres, *Memórias Contendo uma Biographia faz Vicio Almirante da Motta Feo e Torres, uma História dos Governadores e Gêneros de Capitães da Angola desde 1575 até 1825, e uma Descrição Geográfica e Política de Angola e Benguella*. Paris, 1825, pág. 56. Estudos deste problema endêmico em Luanda, e em outro lugar em Angola, inclua: Beatrix Heintze, "Asiles toujours menacés: fuites d'esclaves en a Angola au XVIIe siècle," em Katia de Queiros Mattoso, ed. *Esclavages: Histoire d'une diversité de l'océan Indien à l'Atlantique sud*. Paris: L'Harmattan, 1997, pág. 101-122; Aida Freudenthal, "Os quilombos da Angola nenhum XIX de século: um recusa da escravidão," *Estudos afro-asiáticos* (Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro), N^o 32, 1997, pp. 109-34; e W.G. Clarence-Smith, "Runaway Slaves and Social Bandits in Southern Angola, 1875-1913," em G. Heuman, ed. *Out of the House of Bondage, Ronaways, Resistance and Marronage in África and the New World*. Londres: Frank Cass, 1986, pág. 23-33.

⁷¹ Joseph C. Miller, "The Slave Trade in Congo and Angola" em M.L. Kilson e R.I. Rotberg, eds. *The African Diaspora: Interpretive Essays*. Cambridge, Mass., 1976, pp. 75-113; idem, *Way of Death*; e Curto, "Re-assessment of the Legal Slave Trade from Luanda" pp. 3-25.

⁷² Mary C. Karasch, "The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade, 1836-1851," tese de M. A. Inédito, Universidade de Wisconsin, 1967; e, Roquinaldo Amaral Ferreira, "Dos Sertões ao Atlântico: Trafico de Escravos e Comercio Licito na Angola, 1830-1860," tese de M. A. Inédito, Universidade Federal faz Rio de Janeiro, 1996. Veja também: Philip Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison, 1969, pp. 231-264; e, com os dados mais recentes, David Eltis, "The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment," *William e Mary Trimestral*, a se tornar acessível.

⁷³ Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro*, pp. 5, 9, 19, e 200; Henry Koster, *Travels in Brazil*. Londres, 1816, pág. 418; F. Friedrich von Weech, *Riesen über a Inglaterra und o Portugal nach Brasilien und guarida vereiningten Staaten des La Plata Stromes während guari-*

da Jahren 1823 bis 1827. Munich, 1831, Vol. 2, pág. 92; e “a Angola nenhum XVIII de Fim do Século”, pág. 298.

⁷⁴ Curto, “Re-assessment of the Legal Portuguese Slave Trade from Luanda”. Todo os dados sobre a exportação de escravos em seguida listada é tirados desta mesma fonte.

⁷⁵ Sobre a retomada da economia de plantação brasileira ver Dauril Alden, “Late colonial Brazil, 1750-1808,” em Bethell, ed., *Colonial Brazil*, pp. 310-336; Lang, *Portuguese Brazil*, pp. 185-187; Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*. São Paulo, 1970, pp. 79-87; e Simonsen, *História Econômica do Brasil*, pp. 363-364.

⁷⁶ Veja Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro*, pp. 5, 9, 19, e 200; Koster, *Travels in Brazil*, pág. 418; John Luccock, *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brazil: Taken during a Residence of Ten Years in that Country, from 1808 to 1818*. Londres, 1820, pág. 106; e von Weech, *Riesen über a Inglaterra und Portugal nach Brasilien*, Vol. 2, pág. 92.

⁷⁷ A existência de tais escravos em Luanda tem sido omitida. Conhecidos como *ladinos*, os cativos experientes não apenas eram trabalhadores experientes em diversos tipos de comércio, mas ao invés de escravos vindos do interior, eram também educados para falar o Português, Luso-africano ou estilo de vida colonial. Para uma breve discussão sobre este grupo de residentes ver Miller, *Way of Death*, pp. 270-273.

Resumo

Este artigo objetiva, em primeiro lugar, reconstruir a história demográfica de Luanda entre 1781 e 1844, por meio do manejo de um grande número de censos coevos, apontando, em última instância, para a possibilidade de reconstituir a história da população de certas regiões do continente africano para o período anterior a 1900. Em segundo lugar, no caso específico deste centro urbano, o maior exportador de escravos da costa ocidental, indica-se que a sua história populacional não pode ser apreendida unicamente por meio do manejo de variáveis como os altos graus de mortalidade, resultantes das secas, das vagas de fome, das epidemias e do próprio processo de escravização. Deve-se levar em conta, ainda, a dinâmica demográfica dos portos escravistas no âmbito maior do sistema do Atlântico Sul, particularmente a economia política de seu maior mercado, o Rio de Janeiro.

Abstract

The objective of this article is two-fold. First, to reconstruct the demographic history of Luanda from 1781 to 1844 by drawing upon a relatively large number of censuses, thereby showing that it is indeed possible to reconstruct the pre-1900 population history

of certain areas of the African continent. Second, in the case of this urban centre, the premier port along the whole western coast of Africa for the export of slaves to the Americas, its population history can not be explained solely by factors such as high levels of mortality resulting from drought, famine, and disease, or slave flight. Rather, the demographic dynamics of this slaving port need to be understood within the broader context of the South Atlantic complex, particularly the political economy of its major market, Rio de Janeiro, on the opposite side of the ocean.